



Cadernos da Comunicação
Série Memória

Imprensa Revolucionária

O jornal como agente politizador



Agradecemos a colaboração do jornalista Luis Mario Gazzaneo que, ao nos dar um depoimento sobre sua participação na imprensa comunista brasileira, relembrou um período importante da nossa história, nos fornecendo valiosos subsídios para este trabalho, inclusive jornais do seu acervo. Agradecemos ainda a Biblioteca Nacional que nos permitiu a pesquisa de textos, e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelas ilustrações cedidas de seus arquivos.

Rio de Janeiro (RJ). Secretaria Especial de Comunicação Social
Imprensa revolucionária : o jornal como agente politizador /
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. — Rio de Janeiro : Secretaria,
2008.

96 p. : il.— (Cadernos da Comunicação. Série Memória; 20)

Inclui bibliografia.

ISSN

1. Jornalismo – Aspectos políticos – Brasil. 2. Imprensa político-partidária – Brasil. 3. Imprensa trabalhista – Brasil. I. Título.

CDD: 070.449320981

A coleção dos Cadernos da Comunicação pode ser acessada no
site da Prefeitura/Secretaria Especial de Comunicação Social:

www.rio.rj.gov.br/secs

Abril de 2008

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Rua Afonso Cavalcanti 455 – bloco 1 – sala 1.372
Cidade Nova
Rio de Janeiro – RJ
CEP 20211-110
e-mail: cadernos@pcrj.rj.gov.br

Todos os direitos desta edição reservados à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Prefeitura.



**Prêmio Luiz Beltrão de
Ciências da Comunicação'2006**
na categoria Grupo Inovador



Prefeito
Cesar Maia

Secretária Especial de Comunicação Social
Ágata Messina

CADERNOS DA COMUNICAÇÃO
Série Memória

Comissão Editorial
Ágata Messina
Milton Coelho da Graça
Regina Stela Braga

Edição
Regina Stela Braga

Redação e pesquisa
Heloisa Marra
Wilson Moreira

Projeto gráfico e diagramação
Marco Augusto Macedo

Capa
José Carlos Amaral/SEPROP
Marco Augusto Macedo

CADERNOS DA COMUNICAÇÃO - Edições anteriores

Série Memória

- 1 – Correio da Manhã – Compromisso com a verdade
- 2 – Rio de Janeiro: As Primeiras Reportagens – Relatos do século XVI
- 3 – O Cruzeiro – A maior e melhor revista da América Latina
- 4 – Mulheres em Revista – O jornalismo feminino no Brasil
- 5 – Brasília: Capital da Controvérsia
- 6 – O Rádio Educativo no Brasil
- 7 – Última Hora – Uma revolução na imprensa brasileira
- 8 – Verão de 1930-31 – Tempo quente nos jornais do Rio
- 9 – Diário Carioca – O máximo de jornal no mínimo de espaço
- 10 – Getúlio Vargas e a Imprensa
- 11 – TV Tupi, a Pioneira na América do Sul
- 12 – A Mudança do Perfil do Rádio no Brasil
- 13 – Imprensa Alternativa – Apogeu, queda e novos caminhos
- 14 – Um Jornalismo sob o Signo da Política
- 15 – Diário de Notícias – A luta por um país soberano
- 16 – 1904: Revolta da Vacina – A maior batalha do Rio
- 17 – Jogos Pan-Americanos – Uma olimpíada continental
- 18 – O Jornal – Órgão líder dos Diários Associados
- 19 – A Semana Ilustrada – História de uma inovação editorial

Série Estudos

- 1 – Para um Manual de Redação do Jornalismo On-Line
- 2 – Reportagem Policial – Realidade e ficção
- 3 – Fotorjornalismo Digital no Brasil
- 4 – Jornalismo, Justiça e Verdade
- 5 – Um Olhar Bem-Humorado sobre o Rio nos Anos 20
- 6 – Manual de Radiojornalismo
- 7 – New Journalism – A reportagem como criação literária
- 8 – A Cultura como Notícia no Jornalismo Brasileiro
- 9 – A Imagem da Notícia – O jornalismo no cinema
- 10 – A Indústria dos Quadrinhos
- 11 – Jornalismo Esportivo – Os craques da emoção
- 12 – Manual de Jornalismo Empresarial
- 13 – Ciência para Todos – A academia vai até o público
- 14 – Breve História da Imprensa Sindical no Brasil
- 15 – Jornalismo Ontem e Hoje
- 16 – A Cobertura de Moda na Mídia Imprensa Carioca
- 17 – Folkcomunicação – A mídia dos excluídos
- 18 – A Blague do Blog
- 19 – A Imprensa e seus Efeitos sobre a Audiência
- 20 – Jornalismo Internacional em Redes



Produto da Revolução Francesa e do Iluminismo, somado ao evento conscientizador das massas proposto pela filosofia e atividade jornalística de Karl Marx e Friedrich Engels, a imprensa revolucionária nasceu sonhando com a transformação da sociedade de acordo com os ideais de liberdade e igualdade da segunda metade do século XVIII.

No Brasil, viveu três etapas que, de forma intermitente – devido às mudanças de regime dos governos – se fazia presente nas bancas de jornais das principais cidades brasileiras: a anarquista, a político-partidária e a sindicalista ou também chamada imprensa operária. A primeira, trazida pelos imigrantes perseguidos políticos em seus países de origem, teve início em fins do século XIX e se manteve até a década de 1930, tendo convivido nos últimos anos com a imprensa partidária surgida após a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 25 de março de 1922.

Quando Getúlio Vargas ascendeu ao poder em 1930, a imprensa sindicalista ou operária, além de jornais que representavam outras tendências políticas, surgiu com intensidade cada vez maior, apesar da censura ostensiva exercida pelo governo aos seus opositores.

Entre os colaboradores da imprensa revolucionária brasileira, contam-se nomes importantes da literatura, da poesia, das artes plásticas, da filosofia, dos quais podem-se destacar Carlos Drummond de Andrade, na *Tribuna Popular*; Jorge Amado, João Saldanha, Vinicius de Moraes, Di Cavalcanti, Portinari, Carlos Scliar e Alberto Passos Guimarães, no jornal *Hoje*; Otto Maria Carpeaux, Leandro Konder e Ferreira Gullar em *A Folha da Semana*.

Um dos poucos remanescentes dessa época, o jornalista Luiz Mario Gazzaneo começou a trabalhar na imprensa do Partido Comunista em 1954, como crítico de cinema. Durante a sua longa carreira, foi subeditor da editoria Internacional, chefe de reportagem e editor da Editoria de Cidade do *Jornal do Brasil*, subeditor da Editoria Nacional do jornal *O Globo*, editor da Agência Globo, formando várias gerações de jornalistas. Apaixonadamente, ele conta, num capítulo deste volume dos **Cadernos da Comunicação**, que aprendeu tudo na imprensa revolucionária, uma escola onde o ato de escrever significou lutar por um Brasil mais justo.

CESAR MAIA
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro



Depois que o jornalismo foi inventado, os jornalistas se encarregaram de melhorar o mundo em muitos aspectos. Como desmitificadores, ou seja, destruindo mitos, conseguiram remover boa parte daquele amontoado de mentiras com cara de verdade circulante no espaço social.

São os dessocializadores da mentira.

Depois, como desmistificadores, pondo fim à montanhas de empulhações que, apesar de serem sedutoras, apenas mantém a humanidade na doce letargia de que amanhã tudo será melhor.

São os socializadores da verdade, operadores da democracia e indutores da evolução humana para etapas superiores de organização social.

*Elias Canetti (1905-1994), escritor búlgaro,
Prêmio Nobel de Literatura de 1981.*



Sumário

Introdução	9
A influência comunista	13
Jornalismo como processo político	18
Iluminismo: o jornal democratiza o saber	21
Por uma opinião pública consciente	24
O pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels	28
Trotsky, Lênin e Gramsci, os construtores	32
No Brasil, uma história de luta	
Um jornalismo engajado	35
A trajetória de um jornalista revolucionário	39
Jornal como agente politizador	49
Imprensa comunista no Brasil	50
O PCB com o pé no Brasil	55
Uma época de crises	58
A trajetória de Novos Rumos	61
A imprensa revolucionária pós-1964	62
O legado do PCB	68
Jornais que se destacaram	73
Luiz Mário Gazzaneo	85
Bibliografia	87
Notas	89



1.º ANO

OUTUBRO DE 1921

N.º 1

RENOVAÇÃO

Revista mensal, Comunista-anarquista

Correspondência e pedidos a: ELVIRA ADRI

Rua João Calaneo, 15

RIO DE JANEIRO — BRAZIL

AVULSO..... 3300

SÉRIE DE 12 NUMS..... 35500

José Otteleca

Os anarquistas e os outros

Todos reconhecem — burguezes ou revolucionários, vermelhos ou amarelos — a ascendência da doutrina anarquista nos meios proletários brasileiros.

Reconheceu isso, ha pouco, numa entrevista á «America Aliada» revista buenaiense de grande circulação, o dr. Mauricio de Lacerda, nestas palavras: «Talentozos, enerjicos, tirando-se no sacrificio, esses dirigentes empolgaram a intelligência operária do paiz. As associações, as assembleias, quaisquer reuniões rezumam suas doutrinas, aliás de inequalável beleza moral. O espirito redentorista dos seus setários consegue verdadeiros milagres como esse de Pernambuco, onde os empregados de enjenho trocam a «oração» dos seus ancestrais, guardada no sinto de couro cru, pela caderneta associativa, com o mesmo carinho e, talvez, identica superstição fanática, ajustada á sintura desse futuro terrível «bárbaro» da revolução social brasileira».

Essa declaração ontra sobre modo o Sr. M. de Lacerda por ser um testemunho insuspeito da verdade, tanto mais sincero quanto o próprio entrevistado condena a «intransigencia» dos anarquistas embora reconhecendo algumas vantagens nela.

A mesma lealdade não se nota no dr. Nicanor Nascimento, que, embora dizendo e assinando «camarada» xinga os anarquistas de doidos para baixo. Sem] poder negar, aliás a influencia

deciziva das ideias libertárias no proletariado brasileiro, o mesmo es-deputado mente em vários pontos.

Com effeito, na sua entrevista concedida ao mesmo periódico argentino o sr. N. Nascimento afirma que a organização operaria aqui no Rio, ou melhor, nas cidades litoranias, era puramente sindical, sem nenhum caráter revolucionário e, ainda mais, deixa supôr que os sindicatos só se estabeleceram e desenvolveram com a guerra, principalmente no governo Venceslau Braz.

Ora, eu milito ha dez anos nos meios proletários e não já encontrei a mesma tendência anárquica, exclusivamente.

Mas, vale a pena ouvir o sr. Nascimento: «Os trabalhadores importados, imbuídos das doutrinas vitoriosas da Europa, principalmente no oriente europeu, espalhavam em conferencias, discursos, folhêtos, traduções, o incendio das doutrinas extremistas». Portanto, para o sr. Nascimento, só depois da revolução russa começou a propaganda revolucionária aqui, promovida por «trabalhadores importados.» Isso mostra o conhecimento desse es-deputado relativamente á história da questão social no Brazil.

Quando comecei a minha propaganda já militavam Astrojildo, Edgar, Carlos Lacerda, Cecilio Vilar, Zenon de Almeida, Carlos Dias, Cândido Costa, Rozendo Santos, Florentino de Carvalho e muitos outros, para si-

Revolucionários por revolucionários, os anarquistas politicamente também o eram. Sua revista mensal *Renovação* fazia intensa pregação política em favor do povo trabalhador.



Introdução

O surgimento da classe operária no Brasil, segundo Maria Nazareth Ferreira, doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, teve como causas a abolição da escravidão, a presença dos operários imigrantes, a acumulação de capital com a lavoura cafeeira e a concentração urbana nas cidades. Imprensa operária, entretanto, não se resume a uma imprensa produzida por operários. Existe uma boa quantidade de publicações que, apesar de se destinarem a esse público, abordam uma temática que, de alguma forma expressam as reivindicações dessa classe.

Em seu livro *Imprensa Operária no Brasil*, a professora divide o desenvolvimento dessa imprensa em três etapas: a primeira, a anarcossindicalista, acompanha a transformação ocorrida no país de fins do século XIX até 1930, com a mudança de orientação pela qual passou o operariado brasileiro. A segunda, a sindical-partidária, começa com a fundação do Partido Comunista Brasileiro e vai até o golpe de 1964. Dois acontecimentos importantes marcam essa etapa: o nascimento do PCB e o advento do getulismo, que colocou os sindicatos operários sob o controle do Estado.

A terceira marca o momento da reorganização do proletariado brasileiro, a partir da luta contra o arrocho salarial e pelas liberdades democráticas. É a etapa que corresponde à uma imprensa sindical propriamente dita. O operário imigrante teve uma participação fundamental no processo de politização da classe. Mas não se pode esquecer a contribuição dos intelectuais na difusão das doutrinas socialistas entre os operários.

Não se pode omitir a enorme influência exercida pelos intelectuais, que deram impulso decisivo à divulgação das idéias socialistas entre os trabalhadores, tornando-se assim os responsáveis pela ação dos imi-

grantes. Foram os intelectuais os primeiros a divulgar as ideologias progressistas e foi deles a iniciativa dos primeiros jornais. Estes, que ainda não eram jornais operários, mas jornais políticos, discutiam idéias novas, criavam e desenvolviam o hábito de leitura entre as massas e abriam caminho para o aparecimento de uma verdadeira imprensa sindical (ou operária).¹

A fundação de jornais de cunho político, iniciada no Recife, desenvolveu-se por todo o Brasil e teve participação direta no surgimento da imprensa operária, criando o hábito da leitura, discutindo idéias e, com a presença dos trabalhadores imigrantes, preparando o terreno para o surgimento da imprensa operária propriamente dita.

A presença de uma imprensa reivindicatória em língua estrangeira foi marcada pela fundação do jornal *La Giustizia*, em 1879, em São Paulo, obra do imigrante italiano Luigi Schirone, que servia dessa publicação para denunciar os problemas que o imigrante enfrentava em sua nova pátria. Mas é na última década do século XIX que se inicia o período mais rico na fundação de jornais, principalmente daqueles publicados em idioma estrangeiro. Isso coincide com o período em que é mais alta a incidência da chegada do operário imigrante, incluindo aqueles deportados por razões políticas.²

O formato dos jornais variava de acordo com as máquinas e a qualidade do papel, predominando o tipo tablóide. O número de páginas também não obedecia a um padrão, o conteúdo é que o determinava. Notava-se, entretanto, uma preocupação em ocupar todo o espaço. Havia jornais até de uma única folha, ou seja, duas páginas, que poderiam transformar-se em 16 durante uma greve ou outro acontecimento muito importante. Isso não quer dizer, entretanto, que não houvesse uma preocupação estética. Apesar de boa parte das edições serem ocupadas por reproduções, na íntegra, de textos e conferências, havia charges que mostravam um cuidado com a imagem.

A periodicidade também era variável. Um jornal semanal poderia tornar-se diário por uma temporada, apesar de manter a mesma aparência, numeração e o mesmo cabeçalho. A publicidade era inexistente ou bem restrita. Quando aparecia, geralmente era acompanhada por recomendações do próprio jornal sobre a utilidade do produto. E aí, podiam acontecer também episódios interessantes, como a recomendação de não consumir determinada mercadoria. Na maioria das vezes, isso ocorria quando a empresa fabricante do produto estava em litígio com seus empregados.

O material noticioso chegava à redação em forma de relatórios dos sindicatos, cartas, denúncias. Não existia a figura do repórter. Em fases turbulentas, como as greves, eram editados manifestos, panfletos e boletins, mas esses períodos não coincidiam com a proliferação de novos jornais. O fato justificava-se por serem os jornais publicados com dinheiro dos trabalhadores e os movimentos grevistas serem períodos de grande desorganização econômica.

Os gráficos – ou tipógrafos, como eram conhecidos na época – sempre tiveram um papel importantíssimo nos movimentos operários. Por necessidade profissional, deviam saber ler e escrever, redigir documentos, apresentar reivindicações. Eram, além disso, altamente politizados. Com isso, levavam vantagem sobre os demais trabalhadores, tendo alguns chegado a se tornarem jornalistas.

É de considerável importância principalmente para o estudo das comunicações, essa particularidade do trabalhador gráfico, isto é, o fato de ser alfabetizado. Tanto foi importante nos albores do desenvolvimento da imprensa – ele se desenvolve justamente com ela – como foi imprescindível elemento de comunicação na popularização das idéias políticas, que vinham no bojo da questão social, ao despertar do século XIX. Tinha, portanto, todas as condições para liderar o trabalho de conscientização das massas trabalhadoras.³

Um dos primeiros sindicatos operários brasileiros foi justamente o dos gráficos do Rio de Janeiro. Foi deles a primeira greve organizada no país, em 1858. Em São Paulo, em 1891, os gráficos fundaram uma associação. Na mesma época, iniciaram uma greve contra o jornal *O Estado de S. Paulo*, que parou as oficinas do periódico por um dia. Em 1904, foi fundada a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), com o jornal *O Trabalhador Gráfico*. Aliás, foram os gráficos responsáveis por diversos jornais, todos eles com o objetivo de unir a classe trabalhadora. Entre eles, destacam-se o *Jornal Operário* e *A Terra Livre*, que tiveram grande influência nas lutas operárias.



Já no tempo imperial de D. Pedro I, o jornal *Triumpho da Legitimidade* pode ser chamado de pré-história da imprensa revolucionária no Brasil. A virulência de seus textos se dirigiam, às vezes, até contra os próprios anarquistas.



A influência comunista

Em 1923, o jornal *O País*, do Rio de Janeiro, passou a ceder uma página diária ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em março de 1922. Esse fato revolucionou a imprensa operária, que até esta época era de influência anarcossindicalista, apartidária e apolítica. A nova imprensa, por sua vez, estava fortemente ligada ao PCB. A imprensa operária passava a ser um instrumento de propaganda e conscientização.

Antes mesmo de ser fundado, o PCB já contava com um periódico. Quando *O País* deixou de circular, em 1924, o partido fundou *A Classe Operária*. O primeiro número, com uma tiragem de 5 mil exemplares, apareceu no dia 1º de maio de 1925. Na mesma época, publicaram também duas revistas: *Movimento Comunista* e *Revista Proletária* (que teve apenas um exemplar publicado).

Mas o partido só veio a ter um grande jornal quando, em 1926, Leônidas Resende aderiu ao comunismo e cedeu o seu jornal, *A Nação*, ao PCB. *A Nação* serviu para divulgação das idéias comunistas e das grandes questões da classe operária. Em 1928, foi lançada a revista *Autocrítica*, que teve apenas oito números editados. Um ano depois, Mário Pedrosa e outros militantes fundaram o Grupo Bolchevista Lênine, com o jornal *Luta de Classe*, de tendência trotskista.

Apesar da importância que tiveram, aos poucos, anarquistas e comunistas foram perdendo sua força no movimento operário. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder trouxe reformas e leis que vinham ao encontro das reivindicações dos trabalhadores, como a conquista da jornada de oito horas diárias de trabalho. Ao mesmo tempo, as lideranças mais combativas foram afastadas e, dos 1.494 sindicatos existentes, no final de 1934, apenas 364 foram legalizados, caindo os outros na ilegalidade.

O controle exercido por Vargas levou a um esvaziamento da participação sindical e a um certo colaboracionismo por parte dos sindicatos controlados; é provável que essa situação também tenha favorecido o fortalecimento de uma imprensa ligada a partidos operários no período.

(...)

Com o fracasso do golpe de novembro de 1935, sobrevém uma das mais violentas repressões da história do país sobre os comunistas; o governo intervéem nos sindicatos, fecha todos os jornais operários, prende arbitrariamente toda a liderança dos trabalhadores e reforça a recém-nascida Lei de Segurança Nacional. Com essa derrota, é desarticulado também o que restava do sindicalismo autônomo. Dois anos depois é decretado o Estado Novo (a ditadura de Vargas), imperando, além do autoritarismo, o paternalismo e o populismo.⁴

O jornal aparecia como um importante instrumento de luta do trabalhador, mesmo nos sindicatos getulistas. O combativo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, por exemplo, fundado em 1932, conseguiu aprovar a criação de um jornal. E muitos outros surgiram em todo país, ligados ao PCB, como *A Voz do Operário* (Curitiba, 1931), *Forja Proletária* e *TAS* (Porto Alegre, 1934), *A Libertação* (Porto Alegre, 1944), *Tribuna Gaúcha* (Porto Alegre, 1945) e também de outros partidos, como *O Povo*, fundado pelo Partido Operário Nacional (Porto Alegre, 1930) e *Meu Jornal*, pelo Partido Socialista Brasileiro (Curitiba, 1933).

No mesmo período, circulavam no país diversos pequenos jornais anarquistas, alguns deles ligados a sindicatos. Dois deles, de São Paulo, editados por Edgard Leuenroth, tiveram bastante projeção: *A Plebe* e *A Lanterna*. Dignos de menção no período foram *O Trabalhador Gráfico*, de linha trotskista, e o *Boletim do Sindicato dos Bancários de São Paulo*.

A partir de 1943, a imprensa operária ligada a partidos políticos passou a ter mais importância do que aquela a ligada aos sindicatos. Só o PCB, em 1945, tinha nove jornais diários nas principais cidades do país, além de semanários, revistas e duas editoras. Em 1947, quando o partido caiu na ilegalidade, o governo fechou seus jornais. Mesmo assim, novos jornais foram lançados visando, principalmente, à sua legalização, entre eles *A Terra Livre*, *Tribuna Popular*, *Voz Operária* (substituído em 1958 pelo semanário *Novos Rumos*), *Classe Operária*, *A Voz do Povo*, *Hoje*, *O Dia*, *Batalha dos Trilhos*, *O Marmiteiro*, *O Bodoque*, *Zé Brasil* e as revistas *Problemas* e *Estudos Sociais*.

Analisando essa imprensa operária, identificada como sindical-partidária, um aspecto salta à vista: quaisquer que fossem as diretrizes daqueles partidos ou grupos que conduziam o movimento proletário, o conteúdo de seus jornais jamais perdia de vista a problemática da classe trabalhadora, tanto em relação ao campo da organização como ao de atuação política, conquistas democráticas ou econômicas. Poderiam divergir quanto à forma, quanto à estratégia, mas nunca no conteúdo.⁵

O movimento militar de 1964 desarticulou os setores mais combativos da imprensa operária. Muitos jornais deixaram de existir, outros reduziram sua tiragem. No conteúdo, os temas predominantes passaram a ser denúncias de irregularidades, como atraso de pagamento ou não recebimento de salários de firmas que foram à falência. Havia artigos sobre temas gerais como lazer e notícias diversas, algumas copiadas de órgãos da grande imprensa.

Apesar da desmobilização, nos primeiros anos do governo militar foram publicados livros e jornais clandestinos. Entre eles, *A Classe Operária*, que foi fechado mas que voltou a circular clandestinamente em 1965. Outros exemplos de imprensa operária ligada

a partidos políticos, que surgiram no Rio de Janeiro na década 1970, são: *O Trabalho*, *Tribuna de Debates*, *Causa Operária*, *Política Operária*, *Libertação*, *Boletim Nacional da Ação Popular*, *Em Tempo*, *Hora do Povo*, *O Companheiro*, *Convergência Socialista*, *Brasil Socialista* e *Frente Operária*.

Em 1974, a gráfica responsável pelas publicações do PCB foi empastelada. Apesar disso, o *Voz Operária* continuou a ser publicado até 1975. A partir daí, passou a ser editado na Europa, assim como a revista *Estudos*, que teve cinco números publicados no exterior com o título *Études Brésiliennes*. Em 1980, o *Voz Operária* foi substituído pelo *Voz da Unidade*, órgão oficial do PCB, de circulação aberta.

Os anos 1980 marcam a racionalização da imprensa operária, com jornais editados por sindicatos urbanos e rurais. Em 1982, o PT (Partido dos Trabalhadores) lançou o *Jornal dos Trabalhadores* e, um ano depois, o *Boletim Nacional do PT*. A CUT (Central Única dos Trabalhadores), por sua vez, lançou *O Jornal da CUT*. Os bancários chegaram a ter títulos com tiragem de cem mil exemplares. Já no setor industrial, a primazia foi dos metalúrgicos, com destaques como o *Tribuna Metalúrgica*, do ABC, e o *Cheque Mate*, do Sindicato dos Bancários de Ribeirão Preto.

O que se depreende ao analisar a imprensa operária é a sua grande vitalidade, principalmente quando se conclui que existe uma supremacia da imprensa ligada a sindicatos do setor de serviços (terciário), em detrimento do setor industrial (secundário). Nesse campo, os bancários estão à frente, tanto os dos bancos estatais como os do setor privado.⁶

No setor metalúrgico, destaca-se o *Tribuna Metalúrgica*, do ABC. Neste, havia um personagem fictício, o “João Ferrador”, que mantinha um diálogo com autoridades sobre assuntos importantes para os trabalhadores. Da mesma forma, os metalúrgicos de Campos tinham o “Zé Protesto” e os de São Paulo, o “Décio Malho”.



A *Tribuna Popular* (1945-1947) era um jornal popular no nome, popular em sua linguagem acessível a qualquer cidadão e popular nas vendas: tinha uma tiragem média de 90 mil exemplares. Aos domingos, chegava a vender em torno de 150 mil unidades.



Jornalismo como processo político

Imprensa e política são palavras de significados muito próximos, porque ambas contêm a idéia de socialidade. Falar, portanto, em imprensa política ou em politização do jornalismo é redundante: não existe nenhuma hipótese de um veículo de comunicação social deixar de ter uma intervenção política, uma vez que a imprensa expressa idéias e estas são sempre políticas por interagirem no âmbito da mentalidade social, mobilizando-a para melhor ou para pior. Dá para entender quando Elias Canetti, escritor búlgaro, prêmio Nobel de Literatura em 1981, afirmou: “fora da política não há salvação para o homem neste mundo”.



Imprensa revolucionária é a forma mais política de todas as formas de imprensa. É a manifestação mais contundente do jornalismo estritamente político. É revolucionária porque deseja o progresso e quer acionar os processos renovadores e inovadores no campo político e social. Estereótipos e clichês bem conhecidos de que *imprensa revolucionária* é coisa de anarquistas, comunistas e socialistas têm razão de ser. Afinal, a marca registrada da *imprensa revolucionária* é, sem dúvida, o seu caráter basicamente doutrinário, de pregação política enfática, em linguagem veemente. Numa palavra, identifica-se a imprensa revolucionária pelo seu caráter não apenas fortemente político e ideológico, como também pedagógico, com o objetivo de explicar a realidade do mundo, fornecendo elementos para a formação e reformação da mentalidade social.

Todos os protagonistas da imprensa revolucionária se envolveram apaixonadamente com suas atividades jornalísticas eminentemente políticas, sustentados pelo entusiasmo de estarem contribuindo para a construção de *uma nova sociedade*.

Por ser produto de um jornalismo político, a imprensa revolucionária incorpora a essência da política que é o seu caráter profético,



no sentido de anunciar, além de novas verdades, também cenários futuros possíveis de realização. O pensador norte-americano Noam Chomsky⁷ diz que “antecipar o futuro faz parte do pensamento político, manifeste-se ele no meio acadêmico, no fazer dos homens públicos ou no âmbito das mídias”. Efetivamente, a riqueza conceitual da palavra *política* permite mesmo que se escreva ser ela a ciência que aborda a natureza social da felicidade humana.

É disso exatamente que se preocupa a imprensa revolucionária: a natureza social da felicidade humana. A razão de ser da imprensa revolucionária é a luta pela construção de *uma nova sociedade*. Theodor Adorno (1903-1969)⁸, um dos expoentes da chamada *Escola de Frankfurt*, sociólogo que se ocupou em estudar as perversidades da nossa cultura social ocidental, pondera:

Este panorama de absoluto paradoxo em que progresso material e injustiça social estão juntos em um mesmo contexto, sem que o primeiro elimine ou diminua a segunda, se deve ao fato da sociedade contemporânea se reger pelo sistema que qualifico como capitalismo tardio, cuja característica marcante é circunscrever um sistema social fechado sobre si mesmo, o que impede toda e qualquer ação individual ou coletiva para se superar sua lógica perversa e injusta, a lógica do sucesso ou do fracasso, que delega à razão somente a tarefa de adequar tecnicamente os meios a fins que lhes são alheios e impostos.⁹

As explicações dos mecanismos sociais que o sociólogo Adorno oferecia aos leitores de seus livros e em suas aulas na academia, o jornalismo político, por meio da imprensa chamada revolucionária, fornecia ao grande público pelos jornais distribuídos em larga escala e com acesso a qualquer interessado nas bancas espalhadas nos mais diversos lugares das cidades. Nisso residia o poder politizador da imprensa revolucionária ou, se quiser, do jornalismo político.



Todo o trabalho de educação social, executado pela imprensa revolucionária, se vincula a uma verdade extremamente importante: a insubstituível tarefa na edificação de *uma nova sociedade*. Trata-se de uma tarefa extenuante porquanto a evolução da sociedade para patamares organizacionais mais inteligentes é trabalho não para uma geração e que, portanto, consome um tempo bastante dilatado, às vezes séculos.

A organização social que os socialistas têm na cabeça difere muito pouco daquela que os anarquistas concebem e, por extensão, dos arranjos propostos pelos comunistas. Deve-se destacar a influência positiva de um jornalismo político – marca da imprensa revolucionária – no cotidiano das pessoas, contribuindo para a transformação das realidades sociais.

Os jornais revolucionários instrumentalizam metodologias pedagógicas para permitir ao leitor esclarecimento por meio da exposição de novas verdades, que ajudem a perceber e a interpretar a realidade social na qual estão inseridos. Isso é um processo de conscientização política e social, necessário para que as coisas sejam mudadas, estimulando reflexões e auxiliando na tomada de decisões interpessoais, grupais, para que as transformações sociais ocorram.





O jornal democratiza o saber

Toneladas e toneladas de panfletos subversivos e folhetins incendiários existiram desde que Johannes Guttenberg, no século XV, inventou a técnica de reprodução de textos por meio do uso de tipos móveis. Jornais, embora não com o formato hoje conhecido, também existiram antes da Revolução Francesa eclodir, em 1789. Contudo, o jornalismo como fenômeno institucional se trata de um processo sócio-histórico relativamente recente e moderno.

A história do jornalismo em suas mais diferentes manifestações está visceralmente vinculada à idéia de modernidade. O jornal, como hoje conhecemos, é filho legítimo da Revolução Francesa. O jornalismo incorporou todos os ideais revolucionários do lema *igualdade, fraternidade e liberdade*, com suas lutas em favor dos direitos humanos, da ampliação do conceito de democracia e da introdução das idéias de justiça social e do atendimento das demandas da cidadania.

Enquanto a modernidade econômica forjou o empreendedor burguês – figura mítica cujo desenvolvimento pleno se deu no decorrer do século XVIII – e a modernidade política assistiu ao aparecimento das democracias republicanas com assentos parlamentares, a modernidade dos direitos sociais e humanos viu o surgimento dessa importante categoria profissional: a figura do jornalista.

O jornalismo tem sido a melhor síntese do espírito moderno: a razão, a verdade, a transparência como valores contrapostos à tradição obscurantista. O questionamento de todas as autoridades, a crítica da política e dos políticos e a confiança irrestrita no progresso, no aperfeiçoamento incessante da humanidade. O poder do jornalismo está associado à desconstrução dos poderes instituídos em torno da Igreja e da Universidade. Dessacralizou os saberes, os acessos aos documentos históricos, os direitos às pesquisas que estiveram concentrados e invioláveis nas mãos da Igreja. As primeiras

publicações começaram a multiplicar o número daqueles a quem era dado conhecer os textos reservados, secretos ou sagrados. O saber se irradiou, arruinando as bases da unidade religiosa. Martinho Lutero e o protestantismo foram conseqüência dessa abertura, ocasionando uma grave crise na Igreja.

As universidades, no início aprisionadas em questões puramente teológicas, passaram a ser contestadas como monopólio do saber. Foi a conquista do direito à informação, benefício advindo da Revolução Francesa. Com a queda dos regimes monárquicos e do poder aristocrático, todo o saber reservado aos sábios ficou ao alcance de parcelas maiores da população. Democratização, socialização do saber, isso tudo foi fruto da ideologia do Iluminismo, movimento intelectual surgido na segunda metade do século XVIII, o chamado *século das luzes*.

Os iluministas, que engendraram a Revolução Francesa, mãe do jornalismo moderno, pregavam uma sociedade livre com possibilidades de mobilidades entre as classes sociais e oportunidades iguais para todos. O movimento foi mais forte nos países em que era menor a influência da Igreja Católica. Alguns expoentes do Iluminismo¹⁰, como David Hume, John Locke, Jean-Jacques Rousseau, François-Marie Arouet (mais conhecido como Voltaire), Denis Diderot e Imanuel Kant tiveram seus livros inscritos no *Index Librorum Prohibitorum*, o índice dos livros proibidos pela Igreja.

O controle do saber e da informação sempre funcionou até a vigência política do Iluminismo como forma de dominação, de manutenção da autoridade e do poder. Isso foi quebrado pelo jornalismo. Relativizou-se tudo em favor da discussão livre das questões. Mais do que valorizada, a liberdade de expressão ficou conhecida como a qualidade nuclear da atividade jornalística. Os processos do obscurantismo religioso e aristocrático, da monarquia e da nobreza foram invertidos pelo jornalismo gerado pelo Iluminismo francês: tudo devia ser exposto ao público, à luz da opinião pública.

O jornalismo, em seu processo sócio-histórico, constituiu-se no que é até hoje: uma força política autônoma, propulsora de outras forças políticas operantes na sociedade.



F

Mesmo sendo um jornal eminentemente político, a *Tribuna Popular* ia um pouco além de sua missão politizadora. Publicava assuntos relacionados a literatura, artes em geral e fazia divulgação científica.



Olhando com maior atenção para o processo sócio-histórico do jornalismo, observa-se que a impressão do primeiro jornal se deu mais de um século após o aparecimento dos tipos móveis inventados por Guttenberg. Nas palavras de Hans Eckehard Bahr, especialista alemão em sociologia da informação:

Nos primeiros jornais de três ou quatro páginas, o leitor é levado, em primeiro lugar, ao espetacular, ao singularmente novo, ou seja, às notícias de desastres, mortes e nascimentos de reis e imperadores, de seres deformados, de aparições de cometas, etc., às quais se associavam, conforme o caso, advertências morais de bom comportamento e devoção dos cidadãos, uma espécie de “contrapublicidade disciplinadora”.¹¹

Até 1789, na Revolução Francesa, ficaram célebres na imprensa da época os altos feitos militares e os gestos mais cotidianos do rei e de sua corte, da nobreza e do alto clero. Os poucos jornais existentes, como o célebre *Gazette de Paris*, fundado por Theophraste Renaudot em 30 de maio de 1631, eram todos sem nenhuma preocupação política no sentido de intervenção na realidade coletiva dos homens.

Todos os grandes jornais foram fundados no mesmo século, praticamente entre 1780 e 1880: *Neue Zürcher Zeitung* (Alemanha, 1780), *The Times* (Inglaterra, 1785), *New York Herald Tribune* (então *New York Herald*, Estados Unidos, 1835), *Deutsche Allgemeine Zeitung* (Alemanha, 1843), *The New York Times* (Estados Unidos, 1851), todos sem conotações revolucionárias. Em janeiro de 1789, existiam em Paris apenas dois jornais periódicos. Em dezembro do mesmo ano, já eram 25 periódicos, todos imbuídos em instruir o público e em supervisionar os poderes.

Foi quando o jornalismo começou um tímido engajamento polí-

tico, centrado fortemente em comentários e reflexões ainda bem superficiais, que apenas arranhavam as distorções da sociedade. Nesse tempo, os saberes restringiam-se à Igreja e à Universidade, e eram administrados como um mistério e tidos como privilégio dos iniciados, pertencentes sempre às classes mais altas da sociedade. O fluxo das informações era armazenado hierarquicamente.

A partir de 1789, os ideais revolucionários franceses de *liberdade, igualdade e fraternidade* começaram a ter cada vez mais influência nas práticas jornalísticas. A imprensa passou a ter um papel maior nos acontecimentos políticos: descobriu-se o jornal como o laço mais eficaz entre os representantes do povo e o próprio povo, criando, dessa maneira, uma valorização do espírito democrático vindo dos revolucionários de 1789.

Na época, tiveram aceitação as idéias filosóficas provenientes dos escritos de Jean-Jacques Rousseau, de François-Marie Arouet (mais conhecido como Voltaire), Denis Diderot e outros pensadores, que extrapolavam os muros das escolas ditas superiores – as universidades – onde eram estudadas com extrema reserva e sob constante censura. Os homens, finalmente, passaram a ter suas condições sociais expostas ao exame crítico e as verdades dos discursos emanados dos poderes constituídos foram rigorosamente avaliadas. Esse clima de liberdade de pensamento contagiou os jornais que nasciam, brotando daí o conceito até hoje vigente de *liberdade de imprensa*. Ou seja, o jornalismo, já exibia a influência revolucionária e assumia sua grande função social, que é ser mais do que intérprete das falas e discursos dos poderes constituídos.

A função política do jornalismo aumentou junto com o desejo de substituir uma opinião pública desorganizada, confusa e indecisa, por uma opinião pública socialmente consciente. A opinião pública deixou de ser uma expressão neutra, anódina e tornou-se moralmente responsável e legitimada politicamente. O artigo 11º da *Declaração dos Direitos do Homem*, aprovada pela assembléia consti-

tuíte em Paris em 26 de agosto de 1789, estabeleceu a liberdade de imprensa: “a livre comunicação de pensamentos e opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; qualquer cidadão pode falar, escrever, imprimir livremente, sem prejuízo de responder por abuso dessa liberdade nos casos determinados pela lei”. Porém, este artigo foi limitado pelo da “liberdade de empresa e profissão”, que proibia todo o tipo de corporações. Ficou, assim, estruturada a moldura jurídica da liberdade de imprensa em um Estado liberal.

Foi no âmbito dessa nova legislação que surgiram várias formas de jornalismo: a imprensa diária de informação, as folhas revolucionárias e a imprensa de extrema-direita, extremamente conservadora. A imprensa diária de informação era basicamente veiculada em linguagem antiquada, caso da já mencionada *Gazette* e do *Le Journal des Débats*. A imprensa de direita atacava os fundamentos da revolução, fazendo a apologia da contra-revolução. Caso do *Journal Politique et Nationale* e do *Actes des Apôtres*.

As folhas revolucionárias gestaram a chamada *imprensa revolucionária*, historicamente estudada, que teria em Karl Marx (1818–1883) e Friedrich Engels (1820–1895)¹², em meados do século XIX, sua expressão máxima como jornalismo eminentemente político. Essas folhas revolucionárias francesas foram os motores da revolução, centrando-se nos temas políticos. Tinham grande aceitação popular e eram distribuídas nas ruas ou afixadas nas paredes. Nessas folhas, os jornalistas passaram a ser conhecidos como agitadores, caso de *L’Ami du Peuple*, do revolucionário Marat.¹³

Fora de qualquer dúvida, o espírito ideológico da revolução francesa de 1789 deu um impulso qualitativo extraordinário na incipiente imprensa de modo geral. Os princípios de liberdade de imprensa foram consolidados, embora de forma limitada e a chamada imprensa política emancipou-se perante a sociedade. Os jornais tornaram-se veículos de persuasão, doutrinação e de exame e conformação das idéias. Ficaram muito mais analíticos e teóricos,

participando das discussões dos problemas sociais. Os jornais se popularizaram em escala sempre crescente. Com o advento do pensamento marxista, estava pavimentada a estrada que conduziu ao aparecimento da imprensa propriamente revolucionária.



Engajado na defesa das causas populares no âmbito urbano e rural, *A Classe Operária* tinha uma pedagogia jornalística bem original, expondo didaticamente aos seus leitores as razões de suas lutas políticas.



O pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels



Abordar e avaliar a emergência da imprensa revolucionária nos remete mais ou menos àquilo que Bertolt Brecht (1898-1956)¹⁴ descrevia como os defeitos do *analfabeto político* e, conseqüentemente, esbarramos com a questão da alfabetização social. De imediato, veremos um cenário densamente politizado, decorrente do nascimento de um pensamento filosófico também revolucionário iniciado por Karl Marx e Friedrich Engels, com impactos impressionantes nas áreas da política, da sociologia e da economia. Para compreender a imprensa revolucionária, é fundamental entender as produções intelectuais, os estudos feitos por Marx e Engels e, também, por alguns de seus seguidores.



Marx foi filho de uma família de classe média. Seus pais eram judeus que tiveram que se converter ao cristianismo devido às restrições impostas à presença de pessoas de etnia judaica no serviço público alemão. Em 1835, Marx ingressou na Universidade de Bonn para estudar Direito, mas, no ano seguinte, transferiu-se para a Universidade de Berlim. Ali, os interesses de Marx se voltaram para a Filosofia.

A meta de Marx era seguir a carreira de professor na universidade, contudo, as repressões do governo prussiano criaram problemas insolúveis para ele. Não podendo ingressar como docente na universidade e premido por necessidades de sobrevivência, resolveu dedicar-se ao jornalismo político. Seu envolvimento com a atividade jornalística é o evento histórico que dá partida para o aparecimento da chamada imprensa revolucionária.

A princípio, Marx se integrou na redação da *Gazeta Renana*, em 1842, como articulista, assumindo logo em seguida a condição de



redator-chefe. Sua participação contribuiu decisivamente para o crescimento do jornal, que passou a ter prestígio em toda a Alemanha, triplicando o número de assinantes que era, inicialmente, de apenas mil.

A experiência de Marx na *Gazeta Renana* foi muito curta. Durou poucos meses, devido à intervenção do governo prussiano, que decretou o fechamento de suas portas em 1843. Com o jornal fechado pelos censores prussianos, Marx emigrou no mesmo ano para a França. No ano de 1844, em Paris, conheceu Friedrich Engels, com quem estabeleceu uma amizade que duraria pela vida toda. Juntos produziram textos célebres como o *Manifesto Comunista* de 1848, além de livros e muitos artigos jornalísticos, publicados não só na Alemanha, como até nos Estados Unidos. Ambos foram responsáveis pela passagem do socialismo utópico ao socialismo científico.

A consolidação da imprensa revolucionária aconteceu quando Marx e Engels se envolveram no trabalho na *Nova Gazeta Renana*, de 1848 a 1849. Vladimir Lênin viria a considerar a *Nova Gazeta Renana* “o melhor, insuperável órgão do proletariado revolucionário”. Marx e Engels trabalhavam juntos e, desde o início de suas juventudes, tiveram consciência da necessidade do jornalismo como instrumento de orientação e de organização das lutas populares.

Comentaristas e estudiosos das obras de Marx e Engels são unânimes em afirmar que a *Nova Gazeta Renana* foi, sem dúvida, um modelo singular de jornal revolucionário. Tratava de todas as questões relacionadas com a política e pertinentes à reflexão sobre o reconhecido conflito de classes.

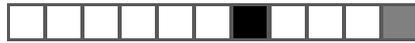
A *Nova Gazeta Renana* tratava de todas as questões de importância, de sorte que pode ser considerada um modelo de jornal revolucionário. Nenhum outro periódico russo nem europeu chegou à altura da *Nova Gazeta*. Embora escrita há quase 75 anos, os seus arti-

gos não perderam nada de sua atualidade, de seu ardor revolucionário, de sua agudeza na análise dos acontecimentos. Ao lê-los, sobretudo os artigos de Marx, acreditamos assistir à história da revolução alemã, da revolução francesa, contada por elas mesmas, tão vivo é o estilo, como profundo é o sentido.¹⁵

Marx escreveu mais de 500 artigos na *Nova Gazeta Renana*, tendo escrito também para o *New York Tribune*, dos Estados Unidos. A função da imprensa, ele afirmava, “é ser o cão de guarda público, o denunciador implacável dos dirigentes, o olho onipresente do espírito do povo que guarda com ciúme sua liberdade”. Da convivência com Marx na época da *Nova Gazeta Renana*, Engels faz um relato contundente:

Marx era, acima de tudo, um revolucionário. Sua verdadeira missão na vida era contribuir, de um modo ou de outro, para a derrubada da sociedade capitalista e das instituições estatais por esta suscitadas. Contribuir para a libertação dos oprimidos, dando-lhes condições de emancipação econômica e social. A luta era seu elemento básico. Lutou com uma tenacidade invulgar. Marx foi o homem mais odiado e caluniado de seu tempo. Governos, tanto absolutos quanto republicanos, deportaram-no de seus territórios. Mas, não tinha nenhum inimigo pessoal, apenas admiradores que odiavam suas idéias avançadas para o tempo que viveu.

Efetivamente, foi a *Nova Gazeta Renana* o marco fundador do jornalismo revolucionário, ao qual Marx e Engels dedicaram suas melhores energias. Em sua esteira viriam novos construtores da imprensa revolucionária, como Leon Trotsky e Vladimir Lênin, ambos russos, e o italiano Antonio Gramsci (1891-1937)¹⁶.



A imprensa revolucionária brasileira teve no passado alguns jornais de pequeno porte e de curta vida pública, como o carioca *Lucta Social*. Mas, como todos os outros, foi um jornal politicamente bastante ativo.



Trotsky, Lênin e Gramsci, os construtores

A herança jornalística de Marx e Engels repercutiu nos anos posteriores de forma mais ou menos esparsa em vários países do mundo. O jornalismo político da imprensa revolucionária desenvolveu instrumentos bem peculiares de forças, que lutavam contra a lógica do capitalismo em países tão diferentes como Rússia e Itália. Surgiram jornais que representavam partidos políticos influenciados pelo marxismo e dirigidos à grande massa. Logo após serem absorvidas as experiências jornalísticas de Marx e Engels, três nomes se destacaram na imprensa revolucionária atuante: Leon Trotsky (1879–1940), Vladimir Lênin (1870 –1924) e Antonio Gramsci (1891–1937).

Tudo o que Marx e Engels haviam feito em termos de jornalismo revolucionário, Leon Trotsky levou adiante com exímia competência. Desde que fez seu primeiro jornal, o *Nasche Delo* (“Nossa Causa”), em 1897, até outubro de 1917, quando ocorreu a grande Revolução Socialista, que derrubou o czarismo na Rússia, Leon Trotsky deu uma contribuição não apenas brilhante como fundamental para o sucesso do empreendimento revolucionário russo. Para ele, a imprensa revolucionária era tão importante que acabou se confundindo com a sua própria vida de militante comunista. Sua intensa trajetória de intelectual marxista sempre esteve vinculada à prática de um jornalismo politicamente atuante.

Quando Lênin quis criar um jornal popular para propagar e esclarecer para as massas os programas do partido revolucionário, o primeiro nome em que pensou foi no de Leon Trotsky, assegurando assim a influência da imprensa revolucionária junto às camadas populares da Rússia. A concepção de Lênin do jornal como um *organizador coletivo* encontrou em Trotsky, além do entusiasmo pela causa socialista,

um jornalista de textos elegantes e altamente qualificados.

Dois grandes jornais revolucionários de iniciativa de Vladimir Lênin, o *Iskra* (“A Centelha”) e o *Pravda* (“A Verdade”), tiveram em Leon Trotsky um colaborador decisivo. O primeiro foi o pioneiro da imprensa revolucionária russa e estava intimamente ligado ao partido comunista, surgido em dezembro de 1900. Quanto ao *Pravda*, apareceu bem mais tarde, em maio de 1912, e marcou uma evolução da imprensa revolucionária russa, pois era publicado legalmente, livre da clandestinidade e dos percalços perante a polícia repressora do regime czarista. Na obra “O que fazer com a imprensa”, Lênin sintetizou a importância do trabalho político do jornalismo revolucionário:

O jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador social. Ele é, também, um organizador coletivo. Neste último sentido, ele pode ser comparado com os andaimes que são levantados ao redor de um edifício em construção, que assinalam os contornos, facilitam as relações entre os diferentes pedreiros, ajudam-lhes a distribuírem tarefas e a observar os resultados gerais alcançados pelo trabalho organizado.

Lênin, a exemplo de Trotsky e, mais adiante, do italiano Antonio Gramsci, percebeu o tipo de relações existentes entre o jornal e o cotidiano dos leitores. Também teve percepção da capacidade da imprensa para influir e mobilizar as pessoas e, dessa forma, contribuir para a transformação das realidades sociais. Para esses três ativistas revolucionários, era impossível desvincular a imprensa das lutas ideológicas e das atividades político-partidárias. Segundo eles, sua prática seria imprescindível ao engajamento popular e, portanto, fator de comprometimento social com as causas defendidas pelos órgãos revolucionários.

Antonio Gramsci, pensador italiano, foi um homem que sempre lutou pela busca da autonomia social do homem contra a ortodo-

xia, o autoritarismo e a fragmentação do saber. Faleceu ainda jovem, em 27 de abril de 1937, aos 46 anos de idade, logo após ter sido libertado da prisão, vítima de tuberculose e derrame cerebral. Foi, também, notável jornalista. Fundou com o líder político italiano Palmiro Togliatti, em 1919, o jornal socialista *L'Ordine Nuovo*, no qual escrevia com rara intensidade. Antes, já colaborara com *L'Avanti*, jornal do Partido Socialista. O longo período em que esteve preso prejudicou sua atividade jornalística. Como filósofo e pensador político, suas contribuições são até hoje estudadas nas academias de todo o mundo.



Quando Geraldo Rocha lançou, em 1935, o jornal *A Nota* no Rio de Janeiro, ocorreu um verdadeiro rebuliço na imprensa revolucionária do país, basicamente, pelo seu espírito editorial bastante agressivo, irreverente e iconoclasta.



No Brasil, uma história de luta

Um jornalismo engajado

Desde seu aparecimento em junho de 1808, quando Hipólito da Costa fundou em Londres, na Inglaterra, o *Correio Braziliense* – primeiro jornal em língua portuguesa a circular no Brasil – até o ano de 1889, a imprensa brasileira pode ser identificada pelo engajamento nas lutas políticas e no debate de questões sociais daqueles tempos como a abolição da escravatura, os movimentos pela Independência, a erosão política da monarquia, da nobreza e do clero, a proclamação da República. Hipólito da Costa foi um pioneiro que introduziu, no exercício do incipiente jornalismo brasileiro, uma forte capacidade analítica, aliada ao senso crítico, fatores essenciais a uma imprensa construtiva.

Na década de 1820, os jornalistas polemizavam sobre os temas que apaixonavam a opinião pública da época, uns fazendo apologia da abolição da escravatura, outros engajados em defender a ordem social estabelecida. Retrato bem nítido desse período foi o assassinato do jornalista Líbero Badaró, em São Paulo, por causa do seu jornal *Observador Constitucional*. Acusado de ser “jacobino e anárquico”, Evaristo da Veiga lançou no Rio de Janeiro o *Aurora Fluminense*.

Muitos jornais foram lançados posteriormente e a chamada imprensa revolucionária começou a esboçar seus primeiros movimentos já em 1847, com a publicação de *O Proletário*, em Recife, Pernambuco. A emergência do marxismo na Europa, especialmente com a publicação do *Manifesto Comunista* em 1848, determinou um crescimento no Brasil de publicações de conteúdo político-ideológico com anarquistas, socialistas e comunistas empenhados em criar um jornalismo francamente revolucionário e engajados na luta política por mudanças sociais. Era uma imprensa com traços fortemente opinativos e doutrinários.

O nascimento da imprensa revolucionária brasileira está intimamente vinculado ao pensamento político de Marx, Engels e Lênin. Ao começar sua atividade jornalística, Marx, em *A liberdade de imprensa*, deu grande importância ao papel do jornal na construção da consciência política e social dos trabalhadores:

O proletariado, tão pouco desenvolvido quanto a burguesia, educado numa completa submissão espiritual, não organizado, inclusive incapaz ainda de formar uma organização independente, somente presentia, de modo vago, o profundo antagonismo de interesses que o separava da burguesia. Continuava sendo, portanto, seu apêndice político, apesar de, na realidade, ser adversário ameaçador.

Em 10 de agosto de 1856, começou no Rio de Janeiro a publicação do primeiro jornal brasileiro que ensaiava uma conotação sensivelmente revolucionária: era *O Eco da Imprensa*, semanário editado por tipógrafos e tornado porta-voz da mais importante associação operária brasileira do século XIX. Na mesma época, apareceram por todos os quadrantes do país diversos jornais, produções quase artesanais, com espírito claramente revolucionário, embora, na maioria, ainda aprisionados em uma mentalidade panfletária.

Em 1878, por exemplo, publicaram-se no país, simultaneamente, três semanários de inspiração socialista: *O Internacional Socialista*, de Salvador, Bahia; no Rio de Janeiro começou a circular em 20 de julho *O Socialista*, e na cidade de Pelotas, no sul do estado gaúcho, apareceu *O Tribuna Socialista*. Em 1893, por exemplo, ainda na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, foi lançado o jornal *Democracia Social*, título que revelou sua linha editorial e sua vocação de luta política. Seguiram-se pilhas e pilhas de lançamentos de jornais revolucionários anos após anos. Quase todos atrelados à apologia dos interesses da classe trabalhadora: o operariado – os *proletários* na

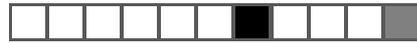
terminologia marxista que passou a ter, finalmente, verdadeiro estatuto político dentro da estrutura social brasileira.

Também, nessa época, surgiu a imprensa sindicalista, reforçando a conscientização das classes trabalhadoras em suas disputas com o patronato. Jornais de espírito panfletário como *O Brado dos Miseráveis*, *O Carbonário* (Rio de Janeiro, 1881), *O Grito dos Oprimidos*, publicações com titulação espalhafatosa foram aos poucos substituídas por jornais mais bem-elaborados, patrocinados por partidos políticos, vinculados às causas de transformação social e econômica da sociedade.

Bom exemplo dessa evolução foi o semanário *Democracia*, que iniciou sua publicação em São Paulo no dia 1º de dezembro de 1867 e se destacou na história das idéias políticas no Brasil, como podemos ver neste trecho de sua edição de 13 de junho de 1868:

A redação desta folha professa a doutrina liberal em toda a sua plenitude e propõe-se a discutir as seguintes teses que julga de maior interesse para a real e futura grandeza do Brasil: aliança federativa republicana da América, absoluta liberdade de consciência e de culto, de ensino, de imprensa, de comércio, de indústria, de associação e de reuniões pacíficas; abolição da escravatura, de exércitos permanentes, de Guarda Nacional, de pena de morte e da religião de Estado; política eletiva, emancipação colonial, temporalidade do Senado; desenvolvimento comercial, agrícola, industrial e artístico; descentralização e reformas administrativas, reformas sobre a base desenvolvida do processo eletivo; sufrágio universal, eleição direta. Em uma palavra: em política sustenta as idéias republicanas, como socialistas, e a democracia cristã.

Estava, portanto, criado o ambiente sociopolítico para o nascimento concreto da imprensa revolucionária no Brasil. E esse evento histórico se deu somente no ano de 1925, quando ocorreu a



O jornal *A Classe Operária*, fundado pelo pioneiro Astrojildo Pereira e seu camarada Otávio Brandão em 1º de maio de 1925, é considerado até hoje o paradigma da imprensa revolucionária no Brasil.



maturidade e a institucionalização sócio-histórica da imprensa revolucionária no Brasil de forma consolidada e com visibilidade social definida. No dia 1º de maio de 1925, surgiu o jornal *A Classe Operária*, órgão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado por Astrojildo Pereira e Otávio Brandão.

Quando em fevereiro de 1848, Marx e seu amigo Engels publicaram o *Manifesto Comunista*, fizeram públicas, de maneira sistematizada, as idéias do socialismo e do comunismo e de suas estratégias de luta pela hegemonia política na sociedade. Marx escreveu:

A arma da crítica não pode, evidentemente, substituir a crítica das armas. A força material deve ser dominada pela força material, mas a teoria transforma-se, ela também, em força material quando penetra nas massas. A teoria é capaz de penetrar nas massas desde que faça demonstrações ao homem e faz demonstrações ao homem quando se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz e a raiz para o homem é o próprio homem.

O jornal *A Classe Operária* materializou a filosofia marxista nos seus limites máximos. Em sua própria definição, era *um jornal de trabalhadores, feito para trabalhadores, em defesa do socialismo*. Fundado em 1º de maio de 1925 por Astrojildo Pereira e Otávio Brandão, seu objetivo era levar informação e formação aos trabalhadores e militantes comunistas. Era o jornal oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com a divisão do partido em 1962, o periódico tornou-se porta-voz do então criado Partido Comunista do Brasil (PCdoB):

A trajetória de um jornalista revolucionário

Qualquer consideração sobre os primeiros movimentos e o desenvolvimento da imprensa revolucionária no Brasil terá de passar pela biografia de Astrojildo Pereira Duarte Silva. Ele nasceu em

1890, no município de Rio Bonito, interior do estado do Rio de Janeiro. Ainda criança mudou-se com a família para Niterói, onde estudou no Colégio Anchieta, então dirigido pelos padres jesuítas, ambiente intelectual extremamente rígido. Depois de alguns pequenos atritos com os professores do Anchieta, Astrojildo foi estudar, ainda em Niterói, no Colégio Abílio. Aos 14 anos, pensou em ser frade e aos 15, decepcionado com a Igreja, começou a abraçar o ateísmo. Nesse mesmo período abandonou o colégio. Sem escola e sem religião, tornou-se um autodidata.

Astrojildo entrou para a história do Brasil pelas mãos do autor de *Os Sertões*, Euclides da Cunha. Este, em um artigo sobre as últimas horas de vida de Machado de Assis, escreveu:

Ouviram-se tímidas pancadas na porta principal da entrada. Abriam-na. Apareceu um desconhecido, um adolescente de dezesseis ou dezoito anos no máximo (...) Ninguém o conhecia e este não conhecia por sua vez a ninguém; não conhecia o próprio dono da casa, a não ser pela leitura de seus livros, que o encantavam (...) E o anônimo jovem – vindo da noite – foi conduzido ao quarto do doente. Chegou. Não disse uma palavra. Ajoelhou-se. Tomou a mão do mestre; beijou-a num belo gesto de carinho filial (...) Levantou-se e sem dizer uma só palavra, saiu (...) Qualquer que seja o destino desta criança, ela nunca subirá tanto na vida. Naquele meio segundo (...) aquele menino foi o maior homem de sua terra. Mais tarde seria revelado que aquele adolescente anônimo era Astrojildo Pereira.

O primeiro envolvimento de Astrojildo com a política ocorreu durante a Campanha Civilista, em 1910, movimento que tentou levar Rui Barbosa à presidência da República. A vitória do marechal Hermes da Fonseca o decepcionou profundamente. No mesmo ano, um outro acontecimento contribuiu para dar novo rumo

à sua vida: a revolta da Chibata. O desencanto com a educação formal e a religião foi então dirigido para o regime liberal-oligárquico e o próprio capitalismo. Assim, estava semeado o terreno no qual brotariam as novas idéias libertárias que marcariam toda a sua existência.

Outro acontecimento que influiu na vida de Astrojildo foi quando seu pai, certo dia, trouxe jornais e folhetos anarquistas, literatura que passou a ler com grande excitação intelectual. Anti-religiosa, antioligárquica e anticapitalista, a ideologia anarquista serviu como uma luva às novas preocupações do jovem Astrojildo, já preocupado com o quadro de misérias em que vivia grande parte da população brasileira.

Cheio de vitalidade e muito curioso, em 1911 Astrojildo viajou para a França, onde pretendia trabalhar e estudar. A aventura foi um tremendo desastre. Sem dinheiro, foi ajudado por um grupo de brasileiros que vivia na Europa e a experiência só não foi pior porque conseguiu trazer na bagagem um bom número de publicações políticas de ideologia libertária. Virou líder anarquista. Nessa fase, criou o jornal *A Crônica Subversiva*, semanário que teve papel destacado na difusão dos ideais anarquista e socialista. Nesse período, já mostrava sua tendência de migrar do anarquismo para o comunismo. Em seu primeiro editorial, Astrojildo Pereira escreveu:

Esta folha minúscula pode dizer-se que é obra de um impulso. Imaginei-a, em certo momento, e decidi, de pedra e cal, trazê-la a público. O seu escopo é simples e o seu programa se contém no seu próprio título: ela será, a cada sábado, uma crônica subversiva dos fatos e das coisas, das idéias e dos sentimentos que agitaram ou encheram os sete dias precedentes. Um só critério me guiará, no fundo e na forma: o meu critério. Folha personalíssima, eu direi aqui, sobre os homens e as suas ações, o que me parecer que deve ser dito, serenamente ou indignamente, mas sempre sinceramente. Militante apaixonado da Anarquia, inimi-

go irreduzível da Autoridade, sob todas as suas formas e manifestações, eu combaterei, com esta pequena clava, o bom combate libertário, no intuito único de concorrer com o meu modesto esforço na formidável obra da revolução social. Nada mais ambicioso, aqui, nem mais nada prometo. E é tudo.

Em 1913, ajudou a organizar o 2º Congresso Operário Brasileiro. O ano de 1917 foi fundamental na sua vida. Uma importante greve operária ocorreu em São Paulo e, em novembro, eclodiu na Rússia a revolução socialista que derrubou o regime czarista repercutindo em todo o mundo. Contagiado pelo movimento, logo se transformou no principal propagandista da revolução russa. Escreveu muitos artigos em jornais, fazendo a apologia da revolução socialista russa. Espírito revolucionário que levou os anarquistas brasileiros, em 1918, a planejarem um levante operário e popular no Rio de Janeiro com Astrojildo na linha de frente. O complô foi descoberto e ele foi preso.

A confusão política e ideológica era tão grande naquela época que as lideranças operárias anarquistas realizaram um congresso para fundar um partido comunista nos moldes existentes na Rússia. Desta reunião insólita, em 1919, participaram representantes de cinco estados brasileiros. O engano logo foi avaliado e o partido, mal fundado, foi rapidamente desfeito.

Justamente naquele ano, os anarquistas começaram a romper com a frente-única mundial em torno da defesa da revolução russa. Os artigos contra Lênin e a revolução socialista russa se multiplicaram na imprensa libertária brasileira. Tal fato desagradou profundamente Astrojildo e inúmeros líderes operários. Os libertários se dividiam entre o anarquismo e a revolução socialista russa, anunciando assim uma cisão no movimento operário brasileiro. Astrojildo estava entre aqueles que ficaram com a causa socialista russa.

Os defensores da revolução socialista russa empreenderam um

esforço gigantesco para organizar um verdadeiro partido comunista no Brasil e, no dia 7 de novembro de 1921, fundaram o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, integrado inicialmente por apenas 12 pessoas. Este pequeno grupo de revolucionários conseguiu a façanha de lançar, dois meses depois, uma revista intitulada *Movimento Comunista*.

Os comunistas estavam, portanto, com a cara posta no palco da nacionalidade. O próximo passo, ponderava Astrojildo, seria o de reunir os representantes dos diversos grupos comunistas espalhados pelo país e constituir um partido comunista legalizado e, dessa maneira, lutar pelo poder. No dia 25 de março de 1922, na praça da República nº 40, no centro do Rio de Janeiro, Astrojildo e seus camaradas de fé política fundaram o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Do congresso de fundação do PCB participaram somente nove delegados estaduais representando apenas 73 comunistas espalhados por todo o país: um começo bem modesto, mas bastante promissor. Assinaram a ata de fundação: Astrojildo Pereira, jornalista; Cristiano Cordeiro, contabilista; Luís Peres, operário vassoureiro; Hermogênio Silva, eletricitista; Manuel Cendon, alfaiate; José Elias da Silva, sapateiro e o gaúcho Abílio de Nequete, barbeiro.

O novo partido gozou de poucos meses de vida legal. Em julho, após o levante do Forte de Copacabana, o governo decretou estado de sítio e o partido comunista acabou sendo posto na ilegalidade. Astrojildo comandou o Partido Comunista durante os heróicos anos de sua formação. Esteve à frente dos quatro primeiros congressos do novo partido, que se realizaram num prazo de menos de dez anos, uma verdadeira façanha da democracia partidária para a época.

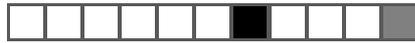
Em 1924, o PCB enviou Astrojildo a Moscou para participar do V Congresso da Internacional Comunista e conseguir o reconhecimento do partido brasileiro como membro efetivo daquela organização internacional. A missão foi vitoriosa e ele retornou ao Brasil convencido da necessidade do partido ter um jornal próprio, através do qual pudesse difundir a ideologia comunista e trabalhar em favor da

politização dos trabalhadores em particular e do povo em geral.

Juntamente com Otávio Brandão, fundou em maio de 1925 *A Classe Operária*, órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro, que enfrentou as ditaduras de Getúlio Vargas e a militar de 1964. Astrojildo também foi um dos responsáveis pelo acordo com o líder positivista Leônidas de Rezende, que deu aos comunistas a direção do jornal *A Nação*, em janeiro de 1927. Pela primeira vez, os comunistas passaram a ter sob sua influência um jornal diário e de grande circulação. Nele, por exemplo, foi lançado o apelo para a formação do Bloco Operário, depois intitulado de Bloco Operário-Camponês, primeira tentativa de organização de uma frente-única operária e socialista para concorrer às eleições no país.

No final de 1927, Astrojildo foi até a Bolívia se encontrar com o líder revolucionário Luís Carlos Prestes, conhecido como “cavaleiro da esperança”, que lá se exilava. Levou-lhe documentos do PCB e farta literatura marxista e, no final, conseguiu sensibilizar Prestes para a causa comunista. No início de 1929, eleito para a direção da Internacional Comunista, seguiu para Moscou e ali trabalhou no secretariado para a América Latina. Era um momento em que o comunismo tendia para o autoritarismo e também para práticas sectárias: a política leninista de proletarização se transformara, com Josef Stalin, em “obrerismo” e as perseguições aos dissidentes e opositores se tornaram cruéis. Leon Trotsky foi assassinado em seu exílio no México. Outros foram encaminhados para a macabra prisão de Lubianca, nos subúrbios de Moscou, da qual jamais se ouviu falar de alguém que conseguiu sair vivo.

Para Astrojildo, foi um choque ver o autoritarismo violento de Stalin cometer tantas atrocidades em nome do comunismo. Voltou de Moscou, no início de 1930, para promover a proletarização do PCB, ou seja, substituir os intelectuais na direção do partido por operários. Vários dirigentes importantes como Otávio Brandão, Paulo de Lacerda e Leôncio Basbaum foram afastados do secretari-



Irônico ao tecer comentários sobre “o mais rico comunista”, o periódico *A Revolução Social* tinha a marca do jornalismo revolucionário com muita irreverência a respeito dos valores consagrados pela lógica capitalista.

ado sob a argumentação de que eram intelectuais e que, portanto, impediam o processo de proletarização do partido. Em novembro de 1930, Astrojildo foi, ele próprio, atingido pelo processo de proletarização e afastado da secretaria-geral do partido. No ano seguinte, após breve período de atuação junto ao comitê regional de São Paulo, desligou-se do PCB.

Nos meses após seu desligamento do partido, Astrojildo foi vítima de uma avalanche de acusações. Deprimido, dedicou-se à literatura, especialmente à obra de Machado de Assis, da qual foi um dos estudiosos mais brilhantes. Entre 1931 e 1945, afastado do PCB, Astrojildo se transformou em comerciante de frutas no Rio de Janeiro. Dizia, sorrindo, aos amigos: “agora sou vendedor de bananas”. Crítico literário reconhecido, colaborou no jornal carioca *Diário de Notícias* e na revista *Diretrizes*, atividades que o mantiveram em contato com os notáveis da cultura brasileira daquele tempo e relações que no futuro seriam bastante úteis para a sua volta ao partido. Em 1944, publicou *Interpretações*, livro que reunia estudos sobre literatura, com destaque para o artigo “Machado de Assis, romancista do Segundo Reinado” e *Posições e tarefas da inteligência*.

Mesmo longe do partido que ajudara a fundar, Astrojildo continuou ardoroso defensor do comunismo e da União Soviética. Em um texto de 1934 escreveu: “na situação brasileira atual (...) só há um caminho de salvação para as massas operárias e camponesas: é o caminho indicado pelo Partido Comunista”. No novo ambiente político surgido com a derrocada do nazismo e do fascismo na década de 1940 na Europa, o ano de 1945 foi muito importante na vida de Astrojildo Pereira. Delegado do estado do Rio de Janeiro ao I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo, foi um dos redatores da declaração de princípios do encontro, marcada por críticas veementes à ditadura de Getúlio Vargas. Ajudou também a fundar a Associação Brasileira de Escritores, da qual foi seu primeiro diretor. Desde então se propôs a organizar o trabalho co-



munista entre os intelectuais. Nesse mesmo ano, Astrojildo retornou ao PCB e passou a colaborar com a imprensa partidária. Dirigiu as revistas *Literatura*, *Problemas da Paz e do Socialismo* e *Estudos Sociais*, tendo participado com dedicação do jornal *Imprensa Popular* e da revista *Novos Rumos*.

Na volta ao PCB, como militante mais antigo, Astrojildo Pereira fez a abertura do IV Congresso do partido, em 1954. Dois anos depois, quando chegaram as notícias do conteúdo do relatório secreto de Nikita Krushev no congresso de 1954 realizado em Moscou, revelando os crimes de Stalin, o movimento comunista brasileiro viveu uma grande crise de identidade. Travou-se uma grande luta política e ideológica interna no partido, com o afastamento de líderes do prestígio como João Amazonas, Maurício Grabois e Diógenes Arruda.



Embora envolvido com os intensos conflitos internos do PCB, em 1959, Astrojildo publicou seu principal trabalho de crítica literária sob o título de *Machado de Assis*. Entre 1960 e 1961, manteve uma coluna sobre livros no semanário comunista *Novos Rumos*. Suas apreciações críticas eram lidas com enorme interesse pela intelectualidade da época. Muitos desses artigos e comentários críticos de Astrojildo seriam posteriormente publicados em 1963 em seu livro *Crítica Impura*.



Em 1961, sofreu um enfarte cardíaco e foi se tratar na União Soviética. No seu retorno ao Brasil no início de 1962, ocorreu a cisão do PCB, originando a criação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Astrojildo optou por ficar com o grupo do velho PCB liderado por Luís Carlos Prestes. Nesse mesmo ano, lançou seu novo livro, *Formação do PCB*, uma coletânea de artigos sobre os primeiros anos de vida do partido. Por um tempo bastante longo, esta obra foi a principal referência bibliográfica sobre este período obscuro da história dos comunistas brasileiros.

Em 31 de março de 1964, o golpe militar trouxe dificuldades



insuperáveis para o PCB e, em particular, para Astrojildo Pereira. O país voltou à velha histeria anticomunista, com os comunistas sofrendo violências, brutalidades das mais variadas nuances, com prisões arbitrárias, torturas cruéis e até assassinatos de militantes do partido em diferentes estados brasileiros. Astrojildo teve seu nome figurando em vários inquéritos policiais-militares e passou então a viver na semiclandestinidade. Sua residência foi invadida por policiais-militares e parte importante de seu rico arquivo pessoal foi saqueada, sendo perdida para sempre.

Aos 74 anos de idade, em 9 de outubro de 1964, Astrojildo saiu do esconderijo e se apresentou voluntariamente para depor. Como todo bom comunista daquele tempo, terminou preso. Ficou encarcerado por três meses, mas como seu estado de saúde era bastante precário e tinha idade avançada, determinaram sua libertação para tratamento médico. Seu crime: ter ajudado a fundar, há mais de 40 anos, o Partido Comunista Brasileiro e ter convencido Luís Carlos Prestes, então militar exilado na Bolívia, a ingressar no partido. Para aqueles anos de obscurantismo, de fato, eram crimes muito sérios.

Homem incapaz de ficar paralisado, Astrojildo publicaria em maio de 1965, pelas mãos do também comunista, o editor Ênio Silveira, na revista *Civilização Brasileira*, um dos seus últimos artigos, a primeira e única parte do que deveria ser sua biografia. Quando ainda era secretário-geral do PCB, respondendo a um jogo de perguntas de uma entrevista com jornalistas amigos, Astrojildo disse que sua idéia de felicidade era “uma paixão amorosa e uma paixão política ao mesmo tempo. Um doce amor de mulher em meio a uma grande luta política”. A sua grande paixão política foi o PCB, que ajudou a fundar, e a grande paixão amorosa foi Inez Dias, com quem se casou no início da década de 1930.

A perseguição que sofreu do regime militar, os maus tratos na prisão, as notícias aterradoras das prisões de companheiros de partido o influenciaram negativamente, ajudando a debilitar ainda mais



o organismo do jornalista e ativista político. No dia 20 de novembro de 1965, o coração de Astrojildo Pereira parou para sempre.

Jornal como agente politizador

Para Lênin, a luta econômica jamais poderia ser alçada à condição de luta política das classes sociais se todos os problemas dos trabalhadores não passassem por um processo de discussão e que este só seria possível através da imprensa. Estava colocada a grande importância da imprensa político-partidária como instrumento não apenas politizador das massas, mas, também, como razão indispensável para uma concreta luta em benefício da formação de uma nova sociedade.

Somente um jornal que divulgue de modo consequente os princípios da luta política e levante bem alto a bandeira da democracia estará em condições de convencer todos os elementos democráticos combativos e aproveitar todas as forças progressistas na luta pela liberdade política. Só então se conseguirá transformar o ódio surdo dos trabalhadores à polícia e às autoridades, em ódio consciente ao governo autocrático.

A imprensa revolucionária brasileira, especialmente pelas mãos de Astrojildo Pereira, incorporou com cuidado extremo os ensinamentos leninistas, muito embora o texto combativo, polêmico, doutrinário, quase panfletário nunca tenha chegado a ser privilegiado por Karl Marx, pois este considerava não haver duas maneiras de explicar a um camponês ou a um operário o que é *valor, mais-valia ou confisco salarial*. Marx, com razão, dizia que o jargão decorado não substitui o entendimento, exceto, claro, se o objetivo é forjar uma nova forma de dominação.

A imprensa revolucionária brasileira, pelas mãos de Astrojildo

Pereira, de Otávio Brandão e de tantos outros jornalistas claramente vinculados com o jornalismo político, desenvolveu em nosso país o importante trabalho de sensibilizar as mais variadas camadas da sociedade nacional para a discussão política de seus problemas e de seus equacionamentos em termos econômicos. Em suma, no seu comprometimento político.

Sem nenhuma exceção, todos os jornais revolucionários brasileiros, mesmo aqueles de curta duração, fossem legais ou clandestinos, estiveram sempre fortemente engajados no papel de educadores políticos e sociais. Todos os ativistas da imprensa revolucionária brasileira, do pioneiro Astrogildo Pereira ao mais modesto distribuidor de jornais, encarnaram a causa marxista em sua dimensão emancipadora.

Imprensa comunista no Brasil

Imprensa revolucionária e imprensa comunista são praticamente sinônimos no Brasil. Ao longo de sua vida institucional, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) publicou – na maioria das vezes debaixo de perseguições de regimes ditatoriais – diversos jornais em vários estados brasileiros, feitos por homens que apostavam na mudança social. Entre eles, Carlos Drummond de Andrade à frente da *Tribuna Popular*, publicação incentivada por Oscar Niemeyer e Mário Lago; o jornalista Paulo Francis, o escritor Otto Maria Carpeaux, o filósofo Leandro Konder e o poeta Ferreira Gullar em *A folha da Semana*; João Saldanha, Vinicius de Moraes, Di Cavalcanti, Portinari, Carlos Scliar e o jornalista Alberto Passos Guimarães no *Hoje*, jornal-modelo que teve apenas 41 edições e chegou a ser editado por Jorge Amado, também à frente da revista *Paratodos*. Foram estes alguns dos colaboradores da imprensa comunista, que de meados da década de 40, quando o partido funcionou na legalidade, aos anos 50, teve uma rede com jornais em todas as capitais.

Paixão, inteligência, debate aberto e até luta corporal em redações, capazes de resistir por dias ao cerco da polícia, marcaram um

período de intensa luta pela democratização do país, sobretudo no regime militar, a partir de março de 1964, quando vários jornalistas, como Mário Alves, diretor da *Voz Operária*; Orlando Bonfim, editor de *Novos Rumos*; Joaquim Câmara Ferreira e muitos outros sofreram perseguição, prisão e tortura.

Repórter, redator, editor, secretário, redator-chefe, secretário de oficina, Luis Mario Gazzaneo começou a trabalhar na imprensa do partido no *Notícias de Hoje*, em 1955, como crítico de cinema. Nunca tinha imaginado que seria jornalista:

“Eu era diretor de produção, meu negócio era outro, apesar de ter colaborado na revista de cultura *Fundamentos*. Mas o partido precisava de um crítico de cinema. E no dia em que entrei na redação, foi paixão à primeira vista. Sou jornalista até hoje. E tudo o que aprendi, como muitos e muitos jornalistas deste país, aprendi na imprensa comunista, uma escola de jornalismo. Apesar de sectária e dogmática, foi uma escola. Até porque nos ensinou que o sectarismo e o dogmatismo se chocavam com a realidade”, afirmou Gazzaneo.

Criada para questionar o sistema capitalista, organizar o partido, os operários e os camponeses, fazer propaganda do socialismo e lutar pela construção de uma nova sociedade no Brasil, a imprensa comunista, segundo Gazzaneo, defendeu os interesses dos trabalhadores, o bem público, as riquezas do país, a soberania nacional. E foi uma voz incansável na luta pela paz.

“Quando o Partido Comunista veio à legalidade¹⁷, em 1945, criou jornais em todos os Estados, com dois grandes diários – a *Tribuna Popular*, no Rio, e o *Hoje*, em São Paulo –, como os cabeças da rede. Durante algum tempo, a *Tribuna* foi dirigida pelo poeta Carlos Drummond de Andrade, e o *Hoje* por Jorge Amado. Drummond se desentendeu com a direção do partido, devido ao autoritarismo mascarado pelo jargão ‘centralismo democrático’. Esses jornais sobreviveram até 1959”, explicou Gazzaneo.

Segundo o jornalista, na história do PCB, havia a ortodoxia e a

fidelidade a tudo o que tivesse origem na União Soviética e havia também um partido que se voltava para a realidade brasileira. Essas duas faces se entrecrocavam. “Na prática, era um partido atento à realidade do país e zeloso da importância da democracia, embora em sua estrutura, em seu funcionamento e em sua fidelidade à União Soviética fosse um partido ortodoxo, que se fundava no marxismo oficial dos manuais soviéticos”, observou o jornalista, lembrando que tal contradição se refletiu nos jornais e em episódios como o da Primavera de Praga¹⁸, em janeiro de 1968.

“Na ocasião”, recordou Gazzaneo, “a *Voz Operária* (clandestina), antiga *Classe Operária*, órgão oficial de imprensa do PCB, publicou um artigo de Luís Carlos Prestes defendendo as mudanças na Tchecoslováquia. Em agosto, depois que as tropas do Pacto de Varsóvia invadiram aquele país, o Comitê Central do partido, com alguns votos contrários, aprovou uma resolução apoiando a invasão. Isso no Brasil, um país submetido a uma ditadura que já estava se tornando feroz. Olha a contradição.”

Preocupados em juntar todas as forças democráticas para lutar politicamente e organizar o povo, os militantes do partido, mais ligados à realidade do país, queriam derrotar a ditadura na política, restaurar as liberdades e fortalecer a soberania brasileira. “A invasão da Tchecoslováquia”, afirmou Gazzaneo, “foi uma violência inominável. O partido não teve coragem de condenar e ter uma postura condizente com a luta que travava no país. Assumi a violência contra um povo que escolhera o socialismo com liberdade. Eu estava em Moscou no dia da invasão, 20 de agosto de 1968. O choque foi violento e todas as dúvidas que eu tinha em relação à natureza do regime soviético se dissiparam naquele dia. Aquilo era uma ditadura, não era o socialismo ao qual milhares no Brasil dedicavam suas vidas.”

Em 1947, no governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), o Supremo Tribunal Federal colocou o Partido Comunista

na ilegalidade. Em seus anos de legalidade, o partido era tão importante que foi a terceira bancada na Constituinte de São Paulo, com nomes de peso como Caio Prado Júnior, Milton Caíres de Brito e Zuleika Alambert. Chegou a eleger 18 vereadores no Rio de Janeiro, tornando-se a maior bancada da Câmara Municipal do Rio.

“A partir daí, houve uma mudança de política”, explica Gazzaneo. “Em 1950, o PCB lançou o Manifesto de Agosto¹⁹, conclamando o povo à luta revolucionária pelo socialismo, o que o levou, gradativamente, a se isolar. Isso se refletiu na imprensa. O *Hoje* e a *Tribuna* continuaram a circular diariamente, mas no resto do Brasil, como em Pernambuco, Bahia, Minas, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, os diários passaram a ser semanários.”

De acordo com Gazzaneo, a decisão de colocar o partido na ilegalidade foi legal, mas de uma enorme violência política: “O Supremo Tribunal Federal colocou o partido na ilegalidade por uma votação de três a dois. O pretexto era tratar-se de uma organização a serviço de um país estrangeiro. A cassação dos parlamentares de todas as bancadas em todo o país foi uma batalha. Dos grandes partidos brasileiros, o único que votou contra a cassação e contra a ilegalidade do PCB (Partido Comunista Brasileiro) foi a UDN (União Democrática Nacional). Com a radicalização, a partir de 1950, os jornais começaram a ser perseguidos e chegaram a mudar de nome. A *Tribuna Popular* passou a ser *Imprensa Popular*. Depois da saída de Carlos Drummond de Andrade, o diretor foi Pedro Motta Lima, que acabou sendo processado e condenado por publicar material secreto. O episódio aconteceu em 1952 – no segundo governo de Getúlio Vargas – quando encontraram uma pasta com documentos militares, que traçavam orientações para enviar tropas brasileiras para a Coreia. Na ocasião, a Coreia do Norte e a do Sul estavam em guerra envolvendo chineses e americanos.”

“Essa papelada foi levada para o *Hoje*, que passara a ser *Notícias de Hoje*”, recorda Gazzaneo. “O *Notícias de Hoje* e a *Imprensa Popular*

publicaram as informações, que seriam secretas. A polícia invadiu as duas redações. Tentou entrar na gráfica do *Notícias de Hoje*, mas não conseguiu: o pessoal se encastelou lá dentro e resistiu durante mais de um mês ao cerco. Aqui no Rio, a resistência foi encabeçada por Salomão Malina, depois preso e condenado. O Câmara Ferreira, diretor do *Notícias de Hoje*, também foi preso e processado: uma fotografia maravilhosa mostra os policiais tentando colocá-lo no camburão e ele fazendo discurso na Praça da Sé, em São Paulo, onde ficava a sede do jornal.”

Com a radicalização, que começou em 47, depois que o partido caiu na ilegalidade, e se consolidou em 1950 com o Manifesto de Agosto, o partido comunista abandonou os sindicatos e o movimento estudantil. Tentou criar sindicatos paralelos e passou a ter uma preocupação, a de fazer a revolução, chegando até a organizar, nos anos 50, uma guerrilha, que rendeu um incidente quase cômico, ocorrido no norte de São Paulo, contado aqui por Gazzaneo. “Há uma história célebre do grupo guerrilheiro que ocupou um vilarejo no norte do estado. A guarnição do vilarejo tinha dois praças e um sargento, que foram desarmados pelo grupo. Os guerrilheiros reuniram a população e comunicaram: ‘Agora vamos instalar o tribunal revolucionário’. Isso me foi contado por um dos participantes, o Joaquim, um companheiro com quem trabalhei no *Notícias de Hoje*. ‘Quem é o criminoso, o bandido que explora o povo?’, perguntaram. E a população toda respondeu: ‘O dono do armazém’. Com a resposta, o pessoal caiu na real e foi embora. Aí a PM apareceu para valer. Joaquim, preso num trem, foi apanhando até São Paulo. Os ‘guerrilheiros’ pelo menos perceberam que alguma coisa estava errada.”

O PCB com o pé no Brasil

Em seu segundo governo, de 1951 a 1954, Getulio Vargas buscou consolidar o caminho de desenvolvimento que o país havia

tomado, reafirmando sua política de aproximação com os trabalhadores. No dia 1º de maio de 1954, aprovou um decreto dobrando o salário mínimo, provocando uma crise que envolveu militares e empresários. O Presidente teve de demitir João Goulart, ministro do trabalho. A imprensa reagiu dizendo que o aumento do salário mínimo quebraria o país e que seria o caos. O salário mínimo dobrou e não houve caos. Segundo Gazzaneo, a postura do partido e dos seus jornais foi se opor radicalmente a Getúlio, que respondeu com a repressão.

Quando ocorreu a crise de agosto²⁰, o partido não apoiou nem Getúlio nem Lacerda. “O caminho era a revolução. Era essa a linha do partido, que naquele período realizava o IVº congresso, cujo documento final reiterava com ênfase aquela política”, afirmou Luis Mario Gazzaneo, lembrando que o partido comunista foi contra a aprovação da lei que criava a Petrobras. Segundo o jornalista, quando o Congresso começou a discutir a lei para criar a Petrobras, o deputado do partido, Roberto Morena, eleito pelo PST (Partido Social Trabalhista), passou 18 horas na tribuna lendo a Constituição, para adiar a votação. “O argumento era que a Petrobras era um instrumento do imperialismo. O partido foi contra a Petrobras e a Eletrobrás. O mesmo partido que, nos anos 50, fez a campanha do ‘Petróleo é nosso’, que mobilizou milhares e milhares de brasileiros, que teve seus mártires, na hora de votar a lei, foi contra”, afirmou.

No dia do suicídio do Getúlio, os jornais comunistas circularam com um editorial que dizia: “Essa não é a nossa luta, Getúlio e Lacerda são farinha do mesmo saco. A luta é outra...”. “Quando Getúlio se suicidou, o partido acordou e fez uma edição extraordinária do *Notícias de Hoje* mudando a primeira e a segunda páginas. A *Imprensa Popular* também”, lembra Gazzaneo.

A partir de 1954, o radicalismo político foi sendo substituído por uma política mais de acordo com a realidade do país. Com o suicídio de Getúlio Vargas, a 24 agosto de 1954, e a sucessão de

acontecimentos que culminaram com o contragolpe do Lott²¹, o partido apoiou a candidatura de Juscelino Kubitschek (1956/60). Após a eleição, a situação da imprensa comunista melhorou.

Em 1955, embora o partido fosse ilegal e Luís Carlos Prestes continuasse na clandestinidade, a imprensa funcionava normalmente. Nesse período, o PCB foi dirigido por Diógenes Arruda, João Amazonas e Maurício Grabois. Em 1957, Prestes, que havia sido processado e condenado, conseguiu *habeas corpus*, voltou à legalidade e assumiu a direção. Em 1956, o PCB, ortodoxo, fiel à memória de Stálin e ao stalinismo, se viu diante de uma realidade: a denúncia dos crimes de Stálin por Kruschchev. Gazzaneo trabalhava na imprensa do partido quando o *Diário de Notícias* e o *Estado de São Paulo* divulgaram o relatório secreto de Kruschchev, lido numa sessão do 20º Congresso sem a presença dos delegados e convidados de outros partidos:

“Assisti às manifestações mais díspares: primeiro a perplexidade; depois, a um sentimento de frustração e revolta”, contou Gazzaneo, que viu a redação parar e mergulhar num clima de incredulidade e desespero. “Muitos não sabiam o que dizer e fazer. Outros, logo se conscientizaram da realidade. E as reações começaram a aparecer no mural da redação. Mas o partido e os jornais silenciaram. Nunca esqueço de uma velha e querida companheira, Raquel Gertel, mulher que em 1937, no tribunal especial que julgava os comunistas, gritou no meio do plenário ‘Viva Prestes!’ quando Prestes entrou para ser julgado. Raquel era uma figura extraordinária. Ela chorava como criança e pedia: ‘Me digam, isso não é verdade!’. Esse episódio expressa com muita clareza o que era o partido até então: monolítico, acreditava em tudo o que vinha de lá, não imaginava nada daquilo e sonhava um sonho diferente do que tinha diante de si.”

Pedro Pomar, assassinado pela ditadura na *chacina da Lapa*²², Diógenes Arruda e Maurício Grabois, assassinado na guerrilha do

Araguaia, foram ao congresso e, segundo Gazzaneo, ficaram atordoados. “Depois do congresso, o único que voltou para o Brasil foi Pomar, que, numa reunião do comitê cultural do partido em São Paulo, da qual participei, confirmou a existência do relatório, mas confessou que não o conhecia. Diante daquela bomba, em vez de voltarem para o Brasil e começarem a discutir com o partido a nova realidade, Arruda e Grabois viajaram. Um foi para a China, o outro para a Indonésia”, conta Gazzaneo.

Inicialmente, por um breve período, a divulgação dos acontecimentos foi barrada pela direção do partido comunista no Brasil. “Durante o congresso, numa das sessões abertas, Mikoyan fez um discurso criticando Stálin”, prosseguiu Gazzaneo. “O *Notícias de Hoje* publicou o discurso numa página interna com o título ‘Mikoyan faz críticas a Stálin’. No dia seguinte, por imposição da direção do partido, o jornal publicou no alto da primeira página, com título destacado a autocrítica do *Notícias de Hoje*. Assim a direção do PCB apagou as palavras de Mikoyan.”

Diante dos militantes inquietos, a primeira explicação veio do órgão central ideológico, *A Voz Operária*, no famoso texto de Airton Quintiliano, que escreveu: “abram-se as cabeças, que as bocas falem...”. Começou assim um enorme debate nas redações dos jornais do Rio e de São Paulo. Segundo Gazzaneo, travou-se uma luta feroz. “Em São Paulo, graças à atuação do então diretor do *Notícias de Hoje*, Joaquim Câmara Ferreira – que eu chamo de “o doce revolucionário” – o conflito foi encaminhado pacificamente. Mas, no Rio, houve até invasão da redação da *Imprensa Popular* e luta corporal.”

Uma época de crises

Naquele período, a imprensa refletiu exatamente o que estava acontecendo no partido. Os principais dirigentes haviam perdido sua autoridade e a militância deixara de confiar cegamente neles. Houve simultaneamente a invasão anglo-francesa do Egito para



retomar o Canal de Suez e a invasão das tropas soviéticas para esmagar a revolução na Hungria, numa demonstração de imperialismo por parte dos soviéticos, postura até então combatida pelo comunismo. No *Notícias de Hoje*, a crise se agravou e o pivô da questão foi um manifesto do Centro Acadêmico 11 de agosto, da Faculdade de Direito, denunciando a invasão anglo-francesa e a soviética.

“O redator-chefe, que a direção nomeara para substituir o anterior, que deixara o partido e o jornal, e o secretário da redação foram contra a publicação do manifesto, a maioria dos jornalistas a favor. Joaquim Câmara decidiu: publique-se”, lembra Gazzaneo. “Preparamos a matéria e mandamos para a gráfica. Veio a seguinte resposta da gráfica: não vamos imprimir nenhum material anti-soviético. Houve então uma ruptura entre a redação e a gráfica, só sanada depois. No fim, o Câmara foi à gráfica e convenceu os companheiros. No *Notícias de Hoje*, uma parte da redação saiu do jornal e do partido.”

Foi um racha. Agildo Barata, um dos heróis do movimento de 1935, abandonou o partido. Com ele, assessores da direção, como Oswaldo Peralva, o Zacharias, e a maioria dos quadros que trabalhava com Agildo na comissão de finanças, redundando em sérios problemas. Nos jornais, quem ficou, passou um bom período recebendo vales. “O comitê central fez uma reunião histórica”, segundo Gazzaneo. “Não assisti mas dizem que foi uma reunião dramática, com mea culpa, choro, uma verdadeira sessão de análise. Jorge Amado escreveu o célebre artigo sobre o mar de lama, dizendo que fora enganado durante anos.”

O debate durou até abril de 1957, quando Prestes encerrou-o com um artigo que apressou a saída de muitos militantes, principalmente intelectuais. Gazzaneo ficou no partido e no jornal: “Desde o início, não tive dúvidas sobre a veracidade das denúncias, mas acreditei que elas poderiam significar uma virada, e que a partir de então o socialismo seria construído num ambiente de liberdade.

Assumi a editoria internacional do jornal, apesar das objeções do redator-chefe. Alguns dirigentes foram afastados de suas funções na direção e o partido começou a discutir seriamente seu papel na política e sua visão da realidade brasileira. Foi uma discussão que se prolongou até março de 1958, quando o partido divulgou uma declaração política mudando radicalmente sua visão sectária e dogmática”.

Alberto Passos Guimarães, autor de *Quatro séculos de latifúndio*, jornalista e economista; Giocondo Dias, dirigente; e Armênio Guedes, mestre de uma então jovem geração de intelectuais do partido foram os homens que prepararam esse documento e venceram Prestes e o comitê central. Ao mudar sua presença na política, segundo Gazzaneo, o partido cresceu: “A partir de 1958, ele começou a se reestruturar e a questionar sua política de imprensa. De acordo com a declaração de março de 1958 do PCB, o Brasil teria uma etapa não concluída, a etapa burguesa, por isso a necessidade da aliança com a burguesia nacional. O imperialismo continuava sendo o alvo principal, mas no plano da política a visão era outra, mais avançada”.

Em sua visão, já começava a se definir o caminho democrático para as mudanças no país: “Nesse processo, o partido passou a valorizar também o papel da pequena burguesia (a classe média)”. Em 1962, os dirigentes do PCB que fundaram o PC do B deixaram o partido. Na prática, isso aconteceu em 1960, quando suas posições foram derrotadas no V Congresso do PCB, que consolidou a nova política delineada pela Declaração de Março de 1958, e que incluiu no documento final a busca da transição pacífica do capitalismo para o socialismo. Organizaram-se e trabalharam para a criação do PC do B, em 1962, Arruda, Amazonas, Grabois e Pomar, a velha direção que comandara o partido até 56, quando foram derrotados pela realidade das denúncias contra Stálin.

“A ilusão revolucionária que fazia o partido investir o que tinha e o que não tinha na manutenção de jornais com pouca influência

não valia o esforço pessoal e financeiro”. Continua Gazzaneo. “Ter dois grandes jornais diários, uma rede de jornais, além de revistas, custava muito e o esforço exauria a organização. Nessa época, o PCB vivia numa clandestinidade legal. Atuava livremente, tinha sede, o comitê central se reunia livremente e fez até congresso na ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Atuava abertamente na UNE (União Nacional dos Estudantes) e nos sindicatos.”

A trajetória de Novos Rumos

O partido decidiu fechar os principais jornais e entregar aos estados a responsabilidade de decidir se queriam manter os jornais estaduais por sua conta e responsabilidade. “E partiu para a criação de um jornal único, *Novos Rumos*, que circulou de maio-junho de 1959 até o dia 1º de abril de 1964, quando a redação foi destruída, a gráfica ocupada e seus principais responsáveis perseguidos”, explicou Gazzaneo, que foi para o Rio de Janeiro em novembro de 1959, convidado pelo então diretor, Mário Alves, para assumir a chefia de redação de *Novos Rumos* e também integrar um grupo de trabalho, encarregado de preparar o jornal diário que o partido pretendia lançar em 1960.

Novos Rumos foi o porta-voz mais aberto da nova política do partido. O jornal polemizou com o radicalismo camponês de Francisco Julião, advogado defensor da causa camponesa, que criou o Movimento Tiradentes, mantendo, em pleno Governo João Goulart, um campo de treinamento de guerrilha no Centro-Oeste. A partir de setembro de 1962, até o final da crise dos mísseis soviéticos em Cuba, o jornal circulou diariamente, primeiro por conta da campanha eleitoral. Nessa eleição, no Rio, o partido elegeu um deputado federal (Marco Antonio Coelho) e três estaduais (o advogado Sinval Palmeira e os dirigentes sindicais João Massena Melo – morto na prisão no DOI-Codi – e Hércules Correia).

“Com a eclosão da crise dos mísseis, a posição do partido e do

jornal era diferente da postura dos radicais, que queriam esticar a corda até ela arrebentar. O partido dizia que o caminho era a negociação para manter a paz. O jornal teve iniciativas reveladoras de sua nova linha, publicando um folhetim inimaginável antes: o romance do Soljenitsin, *Um dia na vida de Ivan Deníssovitch*, a primeira denúncia do Gulag na União Soviética”, recorda Gazzaneo, que permaneceu em *Novos Rumos* até seu fechamento, no dia 1º de abril de 1964.

“A última edição de *Novos Rumos* foi fechada no dia 25 de março e o jornal foi às bancas no dia seguinte”, recorda Gazzaneo. “Naquele dia, o jornal já estava fechado quando recebemos um aviso do diretor responsável, Orlando Bomfim, de que iriam mandar uma matéria para ser publicada com destaque no alto da capa. Quando esta chegou, vimos que era uma declaração de solidariedade aos marinheiros que estavam sendo presos e perseguidos.”²³

No dia seguinte, soubemos que os marinheiros tinham ocupado a sede do sindicato dos metalúrgicos e se recusavam a sair. Fizemos duas edições extras e o repórter que cobriu o episódio foi o Elio Gaspari (em *Novos Rumos*, Elio Parmegiani, que foi o nome que Fragmon deu a ele). Elio chegou ao jornal em setembro de 1962, secundarista; prestes a fazer vestibular na filosofia. Descobriu a sua profissão, e a sua carreira brilhante todos conhecem. Na sexta-feira, Giocondo Dias, secretário do partido, passou na redação, eu estava fechando a primeira página e lhe mostrei a foto que íamos dar: uma foto grande dos fuzileiros que foram desalojar os marinheiros depondo as armas. Dias olhou e disse: ‘Desta vez ou vamos para o poder ou para a prisão. Eu acho que é a prisão.’ Depois disso foram as trevas.”

A imprensa revolucionária pós-1964

Vitorioso o golpe de abril de 1964, a primeira providência foi cada um se proteger. Uma das tarefas foi ressuscitar a *Voz Operária*, que passou a circular clandestinamente. Primeiro jornal lan-

çado pelo partido em maio de 1925 por Astrojildo Pereira e Otávio Brandão, *A Classe Operária* se tornou órgão oficial do PCB. Circulou legalmente durante alguns meses, passando mais tarde a circular clandestinamente em períodos intermitentes até 1943, quando o partido começou a se reorganizar. Nos anos 50, passou a se chamar *Voz Operária*. Em 1959, com a rearticulação e a reformulação da política de imprensa, o jornal deixou de circular e concentrou tudo em *Novos Rumos*, mais de acordo com a realidade do país. A *Voz* voltou a circular clandestinamente na semana de 1º de maio de 1964, até agosto de 1979. Chegou a ter uma tiragem de 5 mil a 10 mil exemplares e sua história tem episódios que, segundo Gazzaneo, devem ser resgatados:

“Ela circulava mensalmente e era distribuída em todo o país”, explica. “O partido decidiu construir uma gráfica subterrânea para imprimir a *Voz* e outros materiais que ele divulgava na época da ditadura. Comprou um sítio em Campo Grande, com uma casa que tinha, ao lado, uma cisterna. Construiu-se um pavimento sob a cisterna, onde foram instaladas as máquinas. Ela só foi descoberta pelos militares em 1975. Implodiram a gráfica e chamaram toda a imprensa para testemunhar a ‘grande vitória’. Prenderam o pessoal que trabalhava lá, os gráficos, José Francisco e Alberto Aleixo, velho militante do partido. Só então soubemos que aquele linotipista calado a quem eu conheci compondo *Novos Rumos*, era irmão do Pedro Aleixo, velho político mineiro que foi vice-presidente no governo do marechal Costa e Silva. Prenderam Gutenberg Cavalcante, que morava com a família na casa, e o Raimundo Alves de Souza, que era o responsável pelas gráficas do partido. Mas não prenderam o Henrique Cordeiro Filho, que foi, com Fragmon e Raimundo, responsável pela construção da gráfica, como foi, desde o início, um dos responsáveis pela distribuição da *Voz*”.

Na gráfica, era impressa a revista teórica *Estudos* e outros materiais de propaganda do partido. A partir dessa época, a *Voz* passou



a ser impressa na Europa e de lá vinha para o Brasil. “Em junho de 1965, eu fiz pelo menos três viagens ao Rio Grande do Sul, a Minas e à Bahia com a missão de organizar a distribuição da *Voz*”, lembra Gazzaneo. “Na crise interna do partido com Luís Carlos Prestes, surgiu a *Voz da Unidade*. O nome foi criado pelo jornalista Milton Coelho da Graça numa reunião em meu apartamento para discutir o lançamento.

A *Voz da Unidade* era feita em São Paulo e tinha uma redação no Rio. Seus diretores eram Gildo Marçal Brandão, hoje professor da USP, o historiador Marco Aurélio Nogueira, e o médico David Capistrano Filho que, segundo Gazzaneo, foi o verdadeiro organizador da operação que permitiu o lançamento do jornal. A redação do Rio tinha Teresa Ottoni como responsável, e colaboradores como Mauro Malin, Luís Werneck Viana, Leandro Konder, Paulino de Oliveira e Carlos Nelson Coutinho. Durante algum tempo, seu responsável foi Armênio Guedes.

O jornal resistiu até 1986, quando houve uma crise e o partido decidiu fechá-lo. Apesar de ser um jornal mais aberto, a *Voz da Unidade*, segundo Gazzaneo, não satisfazia aos interesses da luta política que o partido ia travar com o Prestes e as idéias dele: “Eu mesmo escrevi um artigo, ‘O partido de Prestes e o partido que nós queremos’. O pessoal da direção ficou furioso e o grupo fundador da *Voz* saiu em 1982. Nós não concordamos com a intervenção e saímos. A *Voz da Unidade* continuou, editada por Luiz Carlos Aze- do, um jornalista brilhante, da família de jornalistas mais tradicional do partido.”

“A convivência na militância do PCB era rica em folclore e personalidades interessantes”, continua Gazzaneo. “O partido batizou uma das impressoras de seus jornais, que funcionou até 1964, de Catarina. Entre as histórias mais bonitas, tem a de Aparecida, mulher de Raul Azedo. Ela era camponesa na região de Tupã, interior de São Paulo, e se filiou ao partido com 16 anos, em 1946, logo



A capa e o editorial do último número da *Fôlha da Semana*, criado em 2 de setembro de 1965 e fechado em 13 de dezembro de 1966 pelo ministro da Justiça Carlos Medeiros Silva. Mauro Lins e Silva, Alfredo Trajan, Sergio Cabral, Leandro Konder, Mauricio Azedo, José Carlos Avelar, Ferreira Gullar e Antonieta Ramos escreviam na *Fôlha*

após ele entrar na legalidade. Participou de lutas camponesas naquela área. Naquela época, houve até mesmo um massacre de militantes camponeses do partido em Tupã, que ficou conhecido como ‘o massacre de Tupã’. Aparecida foi presa e os advogados do partido conseguiram soltá-la e a trouxeram para São Paulo, onde tornou-se operária têxtil e dirigente do partido no sindicato têxtil. O marido dela, Raul, era jornalista. Naquela época (1952/1953), estava em São Paulo e trabalhava no *Notícias de Hoje*. Houve um incidente com ele que teve que sair de São Paulo e foi morar em Nova Iguaçu. Aparecida virou uma artista plástica maravilhosa, autora do maior quadro de arte *naif* do mundo, *Brasil, Cinco Séculos de Luta*, que está no Museu Internacional de arte *naif*.”

Outro jornal semanal que marcou época foi *A Fôlha da Semana*. Tinha colonistas como Paulo Francis, Otto Maria Carpeaux e Leandro Konder, numa redação chefiada por Mauricio Azedo. Sergio Cabral era um dos diretores do jornal, que teve três jornalistas responsáveis: o deputado Alfredo Tranjan, Arthur José Poerner e Anderson Campos. Os editorialistas eram Ferreira Gullar e João Antonio Mesplê, diretor da ABI e velho jornalista do partido.

A Fôlha circulou até 1967, quando foi fechada por decreto do governo. “Foi o único jornal fechado por decreto do governo. E na época houve um fato interessante. Quando saiu a portaria do ministro da Justiça, Mauricio de Medeiros, fechando o jornal, sabe quem escreveu um editorial condenando a decisão do ministro? *O Estado de São Paulo*”, lembrou Gazzaneo.

O jornalista Milton Coelho da Graça recorda o período pós-64, tempos heróicos quando o partido tinha uma gráfica montada, uma rotativa e o projeto de lançar um diário: “em 1966, o PCB entregou ao Marighela (Carlos Marighela)²⁴ a tarefa de viabilizar os recursos para lançar o jornal”, explica “Entrou o Gazzaneo no circuito e Marighela garantiu que teria dinheiro para fazer o jornal. Gazzaneo, sempre popular na imprensa, saiu

montando uma redação. E eu, que já tinha levado muito coice, fui para lá. Montou-se o *Hoje*, que durou 41 dias, um jornal maravilhoso, desenhado pelo Goebel Waine.”

“Quem fez o logotipo dele”, conta Gazzaneo, “foi a empresa em que o Boni (Bonifácio Oliveira Sobrinho) trabalhava em São Paulo. O *Hoje* da televisão é igual ao logotipo do nosso *Hoje*. Alberto Passos Guimarães, jornalista e economista, autor do clássico *Quatro séculos de Latifúndio* era o diretor; Almir Mattos, o editor, outra figura extraordinária. O tesoureiro do jornal se chamava João Saldanha. Tinha uma crônica diária sobre futebol, “Folha Seca” assinada pelo Didi. Quero ressaltar também duas figuras: o Marcos Jaimovich, arquiteto, que supervisionou a montagem do equipamento gráfico e da redação. E o Armênio Guedes, que se dispôs voluntariamente a ser secretário da oficina, a pessoa que acompanhava o fechamento do jornal na gráfica”.

O *Hoje* tinha uma equipe de críticos de cinema, chefiada por Alex Viany. Naquela época, os filmes eram lançados sempre às segundas-feiras. “Essa equipe”, lembra Gazzaneo, “da qual muitos eram do Centro Popular de cultura, da UNE, via todos os lançamentos e na terça-feira o jornal saía com uma página de crítica. Jornalistas como Mario Cunha, Henrique Caban, Nelson Silva e Milton Coelho da Graça trabalhavam na redação”. “Eu era também o colunista social com o nome de Marcelo Duarte”, recorda Milton Coelho da Graça, “mas também fazia coluna de turfe porque era viciado em corrida. E, além disso tudo, ainda me botavam para trabalhar como copidesque. Gazzaneo era o chefe de redação”.

“Um dia chegou um dirigente do partido e disse que o dinheiro tinha acabado. Foi uma aventura”, conta Gazzaneo. “O *Jornal do Brasil* publicou um editorial: ‘Uma aventura nova, completa e compacta’. O slogan do jornal era ‘novo, completo e compacto’. Uma aventura gostosa enquanto durou. Foram às bancas 41 números. Até hoje eu guardo comigo uma frase do Saldanha depois que saí-

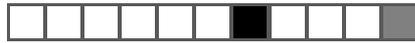
mos de uma reunião com o Prestes e o Marighela nas vésperas do lançamento. Reunião em que eles se comprometeram a atender nossos últimos pedidos: “eté muito fácil, no partido as coisas nunca foram assim”.

O legado do PCB

Sobre a contribuição do PCB e da sua imprensa para o país, Gazzaneo lembra um poema de Ferreira Gullar que diz: “Não se escreverá a história do Brasil como ela é se não se falar no papel do Partido Comunista”. “O partido cometeu muitos erros, mas houve momentos em que ele contribuiu fortemente para alterar a situação política do país”, diz o jornalista.

Depois do movimento de 1935 (a Intentona), e durante o Estado Novo, o Partido Comunista se desorganizou com a prisão ou o exílio de seus principais dirigentes, a começar por Prestes. Explica Gazzaneo: “Em 1943, na Conferência da Mantiqueira, surgiram novos líderes, Arruda, Pomar, Grabois e Amazonas, que assumiram a reconstrução do partido. A partir daí, o partido teve uma atuação expressiva no esforço de guerra. Seus militantes, e o que havia de organização, participaram intensamente da campanha para o Brasil entrar na guerra ao lado dos aliados, atuaram na Liga de Defesa Nacional, na coleta de material para o esforço de guerra e no envio de mantimentos e cigarros aos pracinhas na Itália. Nesse período, jornalistas comunistas foram trabalhar com o Samuel Wainer em *Diretrizes*, uma revista extraordinária e democrática. E, finalmente, participaram da campanha pela democratização do país, pela Anistia e pela Constituinte de 45, que foi palavra de ordem do partido. Em 45, e durante a ditadura militar, o partido defendia eleição com Constituinte”.

O PCB editou também uma famosa revista de cultura, *Paratodos*, dirigida por Jorge Amado, reunindo outros grandes intelectuais e artistas. Em São Paulo, havia outra revista de cultura, *Fundamentos*, dirigida por Artur Neves e pelo arquiteto Vilanova Artigas, que



Dirigida por Artur Neves e pelo arquiteto Vilanova Artigas, a revista de cultura *Fundamentos* era feita em São Paulo.



projetou o Morumbi. No Rio Grande do Sul, eram duas revistas: *Horizontes* e *Problemas*, que deixou de circular em 1956.

“O PCB tinha ainda uma editora, a Editora Vitória, vinculada à União Soviética, que além dos manuais de marxismo-leninismo e de algumas obras de Stálin e Lênin, publicou uma coleção que ficou famosa, *Romances do Povo*, que circulou até 1955”, recorda Gazzaneo. “Eram livros com títulos como *A Colheita*, *Assim Foi Temperado o Aço*, *O Homem de Verdade*. Uma coleção de 20 volumes, considerada excelente material de trabalho para se estudar o realismo socialista”, recorda o jornalista.

Quando, em 1962, ocorreu a divisão do partido, originando-se o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), *A Classe Operária* passou a ser publicada como órgão oficial do novo partido. Mas, o velho Partido Comunista Brasileiro (PCB) manteve jornais diários como *Tribuna Popular* e *Imprensa Popular*, no Rio de Janeiro, de 1945 a 1958; *Tribuna Gaúcha*, no Rio Grande do Sul, de 1945 a 1960; *Hoje*, em São Paulo, de 1945 a 1951. Com a legalidade conquistada a partir de 1985, os comunistas desenvolveram com maior intensidade o processo de socialização da opinião política no país. Um pouco antes, em 1981, por iniciativa do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), surgiu a revista *Princípios*, graças ao esforço de João Amazonas, ex-deputado constituinte de 1946.

A política mais conciliadora do partido, veiculada por *Novos Rumos*, sofreu, segundo Gazzaneo, muitas críticas. “No pós-64, por causa dela, o partido perdeu dirigentes importantes como Marighela, Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Câmara Ferreira, e centenas de militantes. Perdeu também os jovens, que foram para a luta armada. Na realidade, para eles o partido era um reformista, até o qualificavam como ‘aliado da ditadura’”.

Mas de acordo com o jornalista, o partido teve uma postura coerente e foi até o fim, como na discussão do projeto de reforma agrária. O engajamento de intelectuais, artistas e pensadores do



país na causa comunista rendeu no meio acadêmico uma valiosa produção, como a publicação dos *Cadernos*, em 1966, com a filosofia de Antonio Gramsci. “Sua repercussão nas universidades foi uma experiência fascinante”, lembra Gazzaneo. “E isso ocorreu graças à sensibilidade e visão política do editor Ênio Silveira, a quem a cultura e a democracia no Brasil devem muito. Começamos a publicar os *Cadernos* depois do golpe. Foi uma negociação da Civilização Brasileira com o Instituto Gramsci, da Itália, da qual eu e Leandro Konder participamos. E o sucesso no meio acadêmico foi imediato (1966).”

O primeiro caderno publicado, *Concepção Dialética da História*, foi traduzido por Carlos Nelson Coutinho, com prefácio de Leandro Konder, continua Gazzaneo. “A mim, coube a orelha, O segundo, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, eu traduzi. Depois, o Carlos Nelson Coutinho, o maior especialista em Gramsci no Brasil, estudioso e intérprete privilegiado do pensamento do filósofo italiano, traduziu os outros. As *Cartas do Cárcere* foram traduzidas pelo jornalista Noênio Spínola”. No final dos anos 90, a Editora Record lançou uma edição da obra (*Cadernos do Cárcere*) da maneira como foi construída no original.



O fechamento da última edição normal de *Novos Rumos* aconteceu no dia 25 de março. Nela o jornal prestou solidariedade aos marinheiros perseguidos pelo ministro Silvio Mota. Criado em 1959, *Novos Rumos* foi o porta-voz mais aberto da nova política do partido. No expediente: Orlando Bomfim Júnior era o diretor, o diretor executivo, Fragmon Carlos Borges, o redator-chefe, Luiz Gazzaneo, e o gerente, Guttemberg Cavalcanti



Jornais que se destacaram

Classe Operária – Fundada por Astrojildo Pereira e Otávio Brandão, começou a circular no dia 1º de maio de 1925 com tiragem de 5 mil exemplares. Foi proibida na sua décima segunda edição, mas voltou a ser editada em 1928. Em 1929, teve a redação invadida e depredada. Seu objetivo era levar informação e formação aos trabalhadores e militantes comunistas. Tornou-se o jornal oficial do Partido Comunista Brasileiro.

Com a divisão do PCB em 1962, tornou-se porta-voz do então criado Partido Comunista do Brasil (PcdoB). O veículo colocou em prática o pensamento político de Marx, Engels e Lênin criando, em sua própria definição, um jornal de trabalhadores, feito para trabalhadores, em defesa do socialismo. Quando apareceu em 1925, sua tiragem mal chegava a 5 mil exemplares. No final de 1929, quando foi fechado, rodava 15 mil exemplares. O jornal continua circulando até hoje e tem um *site* na internet.

Folha da Semana – Jornal carioca semanal, foi criado em 2 de setembro de 1965 e extinto em 13 de dezembro de 1966. Com golpe militar de março de 1964, toda a imprensa identificada com o governo João Goulart sofreu um revés. Passado o impacto, um grupo de jornalistas decidiu criar um órgão de oposição que funcionasse como veículo de divulgação da situação deposta. Nesse grupo destacavam-se, entre outros: Mauro Lins e Silva, Alfredo Trajan, Artur José Poerner, Anderson Santana Campos, Sérgio Cabral, Maurício Azedo, José Carlos Avelar, Leandro Konder, Alex Viany, Ferreira Gullar e Antonieta Ramos.

Com o objetivo de restabelecer o regime democrático e denunciar o golpe militar, o jornal defendeu a libertação dos presos políticos, combateu a política de “arrocho salarial” do governo do ma-

rechal Humberto Castelo Branco, criticou a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que acabava com a estabilidade do trabalhador, denunciou as concessões feitas ao capital estrangeiro.

Em 1965, a *Folha da Semana* apoiou a candidatura de Francisco Negrão de Lima para o governo do Estado da Guanabara. A tiragem do jornal atingiu 15 mil exemplares. Em 1966, teve sua sede invadida e seu arquivo apreendido. Depois disso, foi instaurado um inquérito policial militar a cargo da Marinha, sob a chefia do capitão Bento Augusto de Magalhães, para apurar as vinculações da *Folha* com o PCB. O processo acabou sendo arquivado. O jornal foi obrigado a fechar no dia 13 de dezembro de 1966 por ordem do ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva, que proibiu sua circulação.

Hoje – Em 1938, surgiu em São Paulo uma revista mensal ilustrada, a *Hoje*, fundada por Otávio Mendes Cajado e dirigida por Sílvio Mendes Cajado. Em 1945, a revista foi comprada por uma sociedade anônima composta por membros do PCB, que fundaram, no Rio de Janeiro, *A Tribuna Popular Editora S.A.*, e, em São Paulo, a *Hoje Editora S.A.*, transformando-se então, em 5 de outubro de 1945, num jornal diário com o mesmo nome. Seu objetivo era divulgar as doutrinas do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB).

Começou a circular após uma campanha popular visando a arrecadar recursos para viabilizar o empreendimento. Sua história confunde-se com a história da ascensão do PCB à legalidade. O historiador Caio Prado Júnior, o pintor modernista Clóvis Graciano, o escritor Jorge Amado, jornalistas como Volnei Rabelo e Raul Azevedo participaram do jornal dentro do pequeno período de legalidade vivido pelo Partido Comunista Brasileiro entre abril de 1945 e maio de 1947. Com uma tiragem de 10 mil exemplares, o *Hoje* circulou em São Paulo e chegou a ser tão respeitado e lido quanto os grandes jornais da época como o *Correio Paulistano* e a *Folha da Manhã*.

Quando o partido foi posto na ilegalidade no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, a redação foi invadida e semidestruída. Para evitar apreensões pela polícia, passou a circular como *Notícias de Hoje*. No dia 5 de fevereiro de 1948, uma portaria do Ministério da Justiça suspendeu por 15 dias sua circulação e outra portaria, de 27 de fevereiro, renovou a suspensão por seis meses. Teve como primeiros diretores Milton Caires de Brito, dirigente do PCB em São Paulo, seu irmão Nabor Caires de Brito, Caio Prado Júnior e Jorge Amado. O redator era Elias Chaves Neto. A orientação demasiadamente partidária de Milton Caires de Brito provocou logo depois o afastamento de seu irmão e de Caio Prado Júnior. Segundo Elias Chaves Neto, “o jornal *Hoje* nunca conseguiu se livrar totalmente desta orientação sectária”, tornando-se “um órgão oficial do partido, uma espécie de diário oficial, do qual era publicado o seu expediente”. Quando o partido teve seu registro cancelado, em 1947, começou também uma época de dificuldades para o jornal.

Ao preparar o lançamento de uma edição comemorativa dos 50 anos de Luís Carlos Prestes, no dia 3 de janeiro de 1948, a redação foi invadida pela polícia. Nesse dia, o *Hoje* deixou de circular, sendo substituído pelo jornal *Popular*, sob a direção de Elias Chaves Neto. O *Popular* também foi apreendido por ter publicado um manifesto contra uma possível intervenção do governo federal em São Paulo. Voltando a circular, continuou a combater o governador Ademar de Barros, o que lhe resultou ao diretor um novo processo. O *Hoje* voltou a circular, de forma intermitente, até 1949, quando, mediante entendimentos com o governador do estado, ganhou sua liberdade.

Em 1950, o PCB passou a defender abertamente a derrubada do governo Dutra e a luta armada que seria conduzida pela Frente de Libertação Nacional com a formação de um exército popular. Na campanha da sucessão de Dutra, não apoiou nenhum candidato, posição seguida pelo *Hoje*, que defendeu o voto em branco. O suicí-

dio de Vargas, em 1954, fez com que o jornal desse uma nova guinada em sua linha editorial. Colocou-se ao lado das forças herdeiras da carta-testamento de Getúlio, fazendo do nacionalismo a sua bandeira. Em 1960, de acordo com a linha do partido, apoiou a candidatura do general Henrique Teixeira Lott. O jornal desapareceu em 1957, devido às crises político-doutrinárias resultantes do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), quando teve início a luta contra o stalinismo.

Imprensa Popular – com a cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro, em 1947, e conseqüente fechamento do jornal *Tribuna Popular*, tornou-se necessária a criação de um novo veículo que apresentasse formulações mais amplas que o órgão oficial do partido. Em 1948, foi então fundada a *Imprensa Popular*. A mudança da situação política no país e a ilegalidade do PCB não permitiam, entretanto, uma linha de continuidade entre os dois jornais, embora a *Imprensa* guardasse algumas semelhanças com a *Tribuna*.

A *Imprensa Popular* tinha uma posição mais sectária, refletindo as novas condições de atuação dos comunistas. O cotidiano da cidade passou a ter menos destaque, cedendo lugar para temas de interesse exclusivo do partido. Apesar de suas limitações, o jornal encabeçou importantes campanhas de interesse popular, como “O Petróleo É Nosso”, apoiou comissões operárias em prol de melhores condições de vida e fez denúncias de caráter político e econômico.

Essa linha combativa causou-lhe perseguições e até mesmo suspensões como a ocorrida entre os meses de abril e setembro de 1953. Além disso, a partir de 1955, o jornal passou a enfrentar dificuldades internas, resultado de divergências entre a direção de PCB e alguns redatores. Em 1956, com as denúncias de Kruschew ao stalinismo – o *Relatório Kruschew* – essas crises se aprofundaram. Os “abridistas” queriam a abertura dos debates nas colunas do jornal (e mesmo dentro do próprio partido), enquanto os “fechadistas”

eram a favor de uma discussão com limites definidos.

Em 1957, como resultado dessa tomada de posição, a redação se dividiu e grande parte dela foi demitida. No ano seguinte, com a reformulação da linha editorial do PCB, o conflito tornou-se mais acirrado, gerando uma fase difícil que culminou com o fechamento do jornal.

Inverta – Com 13 anos de existência, o jornal *Inverta*, semanário comunista, é o de mais longa duração e circulação ininterrupta, regular e sistemática dentro da história de todas as publicações revolucionárias. Tem ainda a capacidade de agregar em suas fileiras um corpo cada vez mais expressivo e qualificado de comunistas revolucionários.

Pelas formas mais variadas de difusão – assinaturas, bancas de jornal ou ação militante direta de seus membros, simpatizantes e amigos, e a internet – chega a aproximadamente todos os estados da Federação, com maior expressão nas grandes metrópoles (e centros urbanos e rurais), onde se concentra a classe operária e os trabalhadores em geral, destacando-se: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Brasília, Ceará, Paraíba, Bahia, Pará. Também segue a circulação do *Granma Internacional*, jornal oficial do Partido Comunista de Cuba, a revista *Resistência das FARC-EP* (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo) e todas as publicações da Prensa Latina, como *Prisma*, *Cuba Hoje*, *Vietnã* e *Avanços Médicos*, entre as mais conhecidas no Brasil.

O jornal *Inverta* mantém hoje um intercâmbio com jornais comunistas e veículos de comunicação revolucionários de quase todos os continentes, entre os quais podemos destacar os jornais *A Foice e o Martelo*, do Partido Comunista Bolchevique de toda União (Rússia); *O Relâmpago*, do Partido Comunista Russo (Rússia); *Transparência*, do Partido Comunista da União Soviética (Rússia); *A Ban-*

deira Vermelha, do Partido Comunista Alemão; *Trabalho*, do Partido Comunista Marxista-Leninista da Alemanha; *Unidade e Luta*, do Partido Comunista dos Povos da Espanha; *Solidariedade*, do Partido do Trabalho da Bélgica; *Em Marcha*, do Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador; *Proletário*, do Partido Comunista Marxista-Leninista Revolucionário da Suécia; *Voz*, do Partido Comunista Colombiano; *Granma*, do Partido Comunista Cubano; além de revistas teóricas, como *Northstar Compass*, do Conselho Internacional de Amizade e Solidariedade com o Povo Soviético, e agências de notícias como a Xinhua (Nova China) e Venpres (Agência de Notícias da Venezuela).

Impresso, tem também um *site* na internet. As relações de colaboração e intercâmbio de notícias e das experiências de luta são expressivas, com inúmeros periódicos digitais e grupos de revolucionários, no país e fora dele, com militância neste setor, entre os quais destaca-se a Agência de Notícias da Nova Colômbia. Para várias destas organizações revolucionárias, o *Inverta* já se tornou parte do movimento comunista internacional e sua contribuição algo bastante significativo, o que se pode comprovar pelos correspondentes e amigos que mantém na Suécia, França, Itália e Moçambique.

Novos Rumos – Jornal carioca semanal, distribuído em todo o país, surgiu em fevereiro de 1959 e fechou em 19 de abril de 1964. A crise desencadeada no Partido Comunista do Brasil pela denúncia dos crimes de Stalin no Manifesto de 1956, feito na União Soviética, provocou grandes transformações. Entre elas, mudanças aceleradas pelo governo democrático de Juscelino Kubitschek e pela coexistência entre capitalismo e socialismo.

O PCB divulgou então a *Declaração de Março de 1958* que significou uma mudança na política do partido. O documento chamava a atenção para o caráter progressista do desenvolvimento capitalista

nacional, pregando a necessidade de se formar uma frente única nacionalista para lutar contra o imperialismo e estabelecer um governo nacionalista e democrático

Dentro desse contexto, o Partido fez uma revisão da política de imprensa. No decorrer de 1958 e início de 1959, o PCB fechou os jornais *Imprensa Popular* e *Voz Operária*. Em fevereiro de 1959, o partido fundou um novo jornal, *Novos Rumos*. A direção era feita por Mário Alves e Orlando Bonfim, que tinham como chefe de redação Luís Mário Gazzaneo. Também colaboravam no periódico Fragmon Carlos Borges, Roberto Morena, Apolônio de Carvalho, Beatriz Bandeira, Leandro Konder, Ana Montenegro e outros.

Editado legalmente, *Novos Rumos* chegou a alcançar a tiragem de 60 mil exemplares. Inicialmente era formado por dois cadernos de 12 páginas cada. Depois passou a ter um caderno. Em momentos de crise, como nas greves gerais do país em 1962, o semanário virava diário. Mais aberto ao debate, o jornal se comportava com mais autonomia em relação à cúpula do partido. Em várias ocasiões, publicou notícias antes de uma posição oficial do PCB. Isso aconteceu nas reportagens sobre a construção de Brasília e a indústria automobilística brasileira, em que o jornal destacava os aspectos positivos dos empreendimentos antes de uma declaração oficial do PCB. Postura editorial que teria provocado polêmica dentro do partido.

Outro exemplo foi a edição comemorativa do VII Congresso da Internacional, quando foi publicado em folhetim o livro *Um dia na vida de Ivan Denissovitch*, de Alexander Soljenitzin. A obra de Soljenitzin retratava o stalinismo com intenção crítica por parte do jornal. Em 1960, *Novos Rumos* publicou a seção “Tribuna de Debates” para discutir as teses que seriam examinadas no V Congresso do PCB. Nesse espaço, Pedro Pomar, Diógenes Arruda, Maurício Grabois e João Amazonas manifestaram suas posições divergentes, fundando dois anos depois o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Em março de 1964, *Novos Rumos* circulou com a seção *Teses para*

discussão visando o VI Congresso do PCB. Com o golpe militar de 31 de março, o jornal foi fechado.

Tribuna Popular – Começou a ser editada em 22 de maio de 1945, na Rua do Lavradio, no Rio de Janeiro, e foi fechada em dezembro de 1947. Com a anistia decretada por Getúlio Vargas, em abril de 1945, e a legalização do Partido Comunista no mesmo ano, os militantes voltaram a atuar.

A *Tribuna Popular* surgiu para ampliar a ação do Partido mas não era um órgão oficial e sim um jornal de massa. Era um jornal diário, com uma tiragem média de 90 mil exemplares. Aos domingos, vendia em torno de 150 mil unidades. Tinha em seu quadro profissional os jornalistas mais conhecidos da época: Pedro Mota Lima, Álvaro Moreira, Aidano do Couto Ferraz, Dalcídio Jurandir, Egídio Squeff, Samuel Weiner, Moacyr Werneck de Castro, Rubem Braga, Paulo Mota Lima, Raul Azedo Neto, Laerte Paiva, Maurício Azedo, João Saldanha e Carlos Drummond de Andrade. Era apoiado por Oscar Niemeyer, pela cantora Nora Nei, pelo ator Mário Lago e pelo escritor Jorge Amado. Suas edições dominicais rivalizavam em popularidade com periódicos da grande imprensa como o *Correio da Manhã*.

A *Tribuna Popular* marcou sua presença defendendo os trabalhadores na luta contra os empregadores, o que lhe valeu grande popularidade. A abertura política do fim do Estado Novo, entretanto, tinha limitações e em 1945 a redação do jornal foi invadida e depredada.

O jornal teve um papel importante engajando-se em várias campanhas de interesse popular. Lutou pela convocação da Constituinte de 1945 e na campanha que defendeu candidatos comunistas para as eleições. Em 1945 defendeu a candidatura de Iedo Fiúza à presidência da república, rebatendo os ataques de Carlos Lacerda e combatendo os candidatos Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes. Em janeiro de 1947, com a aliança entre o Partido Social Pro-

gressista (PSP) e o PCB, o jornal defendeu a candidatura de Ademar de Barros para o governo de São Paulo.

A *Tribuna* criticou a ocupação de bases militares brasileiras pelos norte-americanos, o rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética, denunciou as torturas durante o Estado Novo e exigiu a punição dos culpados. O endurecimento do regime, que resultou na cassação, no dia 7 de maio de 1947, do registro do PCB, e em janeiro de 1948, do mandato de seus representantes, dificultou a sobrevivência do jornal, que foi suspenso em dezembro de 1947.

Voz da Unidade – Fundada em março de 1980 e editada em São Paulo com sucursais em várias capitais, a *Voz da Unidade* definiu-se, em seu primeiro número, de 30 de março de 1980, com um jornal que “surge para ser expressão e veículo de uma corrente de pensamento cuja linha de ação está orientada para ajudar a classe operária e a todas as forças democráticas do país”. As discussões internas do partido, como na época do afastamento do seu secretário-geral, Luís Carlos Prestes, em abril de 1980, refletiram no jornal.

Na década de 1980, a *Voz da Unidade* cobriu episódios-chaves como a explosão da bomba no Riocentro por grupos de extrema direita durante um show em comemoração ao Dia do Trabalhador para prejudicar o processo de abertura política no país. O jornal cobriu o processo de apuração do caso proclamando o apoio dos comunistas ao governo nas investigações, consideradas fundamentais para o processo de abertura democrática. Mais tarde, com o arquivamento do processo, a *Voz da Unidade* acusou o presidente João Batista Figueiredo de ter recuado na apuração do atentado.

Em dezembro de 1982, a tentativa de realizar o VII Congresso do partido no auditório da Editora Novos Rumos, que editava o jornal, foi reprimida por agentes da Polícia Federal, que prenderam 67 pessoas, mais tarde processadas pela Lei de Segurança Nacional. Na ocasião,

a redação do jornal também foi invadida e seus arquivos apreendidos.

Em 1983, Giocondo Dias, na época secretário-geral do PCB, lançou em Brasília a campanha nacional pela legalização do partido e a *Voz da Unidade*, com o lema “A luta pela legalidade do PCB é a luta pela democracia”, passou a ser o porta-voz do movimento. O jornal aderiu à campanha das Diretas Já. No ano seguinte, após a derrota no Congresso da emenda constitucional que restaurava as eleições diretas para a presidência da república, a *Voz* defendeu o nome de Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), como candidato único dos democratas. Apoiou no Colégio Eleitoral a chapa Tancredo Neves-José Sarney, da Aliança Democrática, que reuniu o PMDB e dissidentes da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista, unidos na Frente Liberal.

Com a legalização do PCB em maio de 1985, o jornal incorporou a foice e o martelo em 1986 ao seu logotipo, e em 1988 começou a apresentar abaixo do título a legenda “Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro”. Em suas páginas, a *Voz da Unidade* publicou colunas de política, economia, cultura, educação, sindicalismo, noticiário nacional e internacional, questão feminina e esportes. Seu primeiro diretor responsável foi Henrique Cordeiro, que exerceria o cargo até 1983, sendo o conselho editorial da época formado por Armênio Guedes, Lindolfo Silva, Teodoro Melo e Gildo Marçal Brandão. João Avelino assumiu a direção do jornal a partir de maio de 1983, sendo sucedido no cargo por Luís Carlos Azedo, a partir de outubro de 1987.

Em janeiro de 1992 foi decidido o fim do PCB e criou-se em seu lugar o Partido Popular Socialista (PPS). O jornal deixou de ser editado em 1991.

Voz Operária – Jornal carioca, inicialmente semanal e depois mensal, fundado em fevereiro de 1949 pelo Partido Comunista Brasileiro. Circulou regularmente até fevereiro de 1959, quando foi

fechado pelo próprio partido, que na ocasião resolveu abrir outro jornal, *Novos Rumos*, para ser porta-voz da nova política menos radical do PCB. Voltou a circular na clandestinidade entre 1964 e 1975 e, dessa época até agosto de 1979 foi editado no exterior. Durante o ano de 1980 teve algumas edições feitas clandestinamente.

Com o fechamento do jornal *A Classe Operária*, em 1949, a *Voz Operária* foi fundada para ser porta-voz oficial do Partido Comunista Brasileiro. Destinava-se à discussão das teses do PCB entre os militantes, mas também continha notícias que abordavam as condições de vida dos trabalhadores e sua mobilização política.

Em 1951, embora *A Classe Operária* tenha voltado a circular como órgão oficial do PCB, a *Voz Operária* continuou a sair e a ser vendida legalmente. Em 1952 com o fechamento definitivo do jornal *A Classe Operária*, a *Voz Operária* foi reformulada para atrair um público maior.

A reformulação começou em setembro de 1952 com o objetivo de atingir “do médico à dona de casa, do cientista ao operário”. A apresentação gráfica ganhou mais ilustração com um número maior de fotografias e caricaturas para tornar a leitura mais interessante. A pauta ganhou novos assuntos de interesse geral, escritos em linguagem mais fácil de ser lida. Seções de literatura, cinema, teatro e arte além de xadrez e palavras cruzadas ajudaram a ampliar o público leitor.

Ao longo de 1955, começaram a aparecer novos tipos de reportagem, nem sempre falando sob a ótica do PCB, atitude criticada pela direção do partido, provocando as primeiras divergências entre a *Voz Operária* e o partido. Com a divulgação do Relatório Krushev denunciando o stalinismo, o culto à personalidade e o funcionamento do Partido Comunista na URSS, as diferenças entre a *Voz Operária* e o PCB aumentaram.

Formaram-se dois grupos: os chamados “abridistas”, que reivindicavam o debate aberto nas colunas do jornal e dentro do próprio partido, e os “fechadistas”, defensores da discussão com limites determinados. Nesse período a *Voz Operária* refletiu os conflitos den-

tro do PCB, acirrados com a divulgação do Relatório Kruschev.

Em maio de 1957 grande parte da equipe se desligou do jornal, entre eles, Agildo Barata, Áidano do Couto Ferraz e Osvaldo Peralva, que também deixaram o partido. Com isso a *Voz* entrou em crise mas continuou a circular sob a direção de Mario Alves. Quando houve o golpe militar de 1964, o jornal *Novos Rumos*, que havia substituído a *Voz Operária* como porta-voz da política do PCB, foi fechado. O partido voltou a editar a *Voz Operária*, que passou a ser editada clandestinamente, mensalmente e mimeografada.

Em 1965, ainda ilegal, a *Voz Operária* passou a circular com regularidade. Em 1967, na época dos preparativos para o VI Congresso do PCB, o jornal destacou-se ao editar o suplemento *Tribuna de Debates*, que veiculava as discussões de correntes conflitantes dentro do PCB, lideradas por Mário Alves, Jacó Gorender, Carlos Marighella, Apolônio de Carvalho e outros, que questionavam as teses a serem votadas no Congresso. Em dezembro de 1974, a polícia invadiu as gráficas do PCB no Rio de Janeiro e em São Paulo, e toda a equipe do jornal foi presa. Na ocasião era chefiada pelo ex-deputado federal Marco Antônio Coelho e saiu de circulação exatamente no momento em que se preparava o número 120, comemorando dez anos de circulação clandestina.

Em 1976, a *Voz Operária* foi relançada fora do Brasil, sob a direção de Armênio Guedes. Nesse momento, passou a refletir a discussão de novas orientações do partido. De um lado, havia os que defendiam o “eurocomunismo”, corrente surgida na década de 70 entre os países comunistas da Europa Ocidental, particularmente na Itália, França e Espanha. Criticado como revisionista pelos comunistas ortodoxos, o eurocomunismo foi saudado como alternativa ao stalinismo e visto como uma versão democrática da ideologia comunista, buscando uma terceira via entre socialdemocracia clássica e os regimes comunistas então implantados no Leste europeu e estruturados em torno do partido-Estado.



Luiz Mário Gazzaneo

Nascido em 1927, numa família italiana radicada na cidade de São Paulo, Luiz Mário Gazzaneo ligou-se desde jovem ao movimento anti-fascista, aproximando-se do Partido Comunista Brasileiro (PCB) já em 1944, em plena ditadura do Estado Novo. No ano seguinte passou a fazer parte do grupo que organizou o Comício do Pacaembu, quando Luiz Carlos Prestes foi apresentado ao povo de São Paulo depois de passar nove anos na prisão.

Destacou-se logo como secretário da célula comunista - integrada por mais de 200 pessoas - no bairro do Bom Retiro, tradicional reduto judaico de São Paulo. No decorrer da década de 50, fixou residência no Rio de Janeiro e passou a trabalhar em jornais comunistas, como *Novos Rumos*, fechado no golpe militar de 1964. Luiz Mário Gazzaneo dividia então a redação do semanário comunista com figuras como Mário Alves e Orlando Bonfim, mortos durante a ditadura militar na década de 1970. O jornal contava ainda com a colaboração voluntária de inúmeros militantes comunistas, jornalistas ou não.

Com o golpe militar, Gazzaneo passou a colaborar com a *Voz Operária*, órgão oficial do Comitê Central do PCB. Tratava-se, na época, de uma atividade arriscada, conforme seria comprovado com a repressão que atingiria o jornal em meados dos anos 1970. Paralelamente, procurou exercer uma atividade jornalística legal, atuando em cotidianos como *O Globo* e *Jornal do Brasil*, adotando posição de chefia ou atuando como editorialista. Com a derrocada da ditadura, em 1985, pôde finalmente trabalhar com maior liberdade e, no final da década de 1990, assumiu a função de assessor de imprensa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na gestão de Sérgio Besserman Vianna.

Extremamente vinculado à cultura italiana, Luiz Mario

Gazzaneo traduziu para o português obras clássicas como *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, de Antonio Gramsci, e *Breve história das religiões*, de Ambrogio Donini. Gazzaneo sempre pautou sua atuação por uma identificação com as idéias do Partido Comunista Italiano, em particular aquelas de Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e Enrico Berlinguer, líderes históricos daquele Partido. Por isso, era e é considerado, tanto no PCB quanto no PPS, que o sucedeu, em 1992, um dos expoentes da visão humanista e democrática do socialismo.

Fundado em março de 1980, a *Voz da unidade*, em seu primeiro número do dia 30 de março, definiu-se como um jornal que “surge para ser expressão e veículo de uma corrente de pensamento cuja linha de ação está orientada para ajudar a classe operária e a todas as forças democráticas do país”





BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Perseu. *Um Trabalhador da Imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- AMADO, Jorge. *Os Subterrâneos da Liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.
- BAHIA, Juarez. *História da Imprensa Brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República – de 1930 a 1960*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1985.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1983.
- CARONE, Edgard. *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- CHINEM, Rivaldo. *Imprensa Alternativa – Jornalismo de Oposição e Inovação*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- DULLES, W.F. John. *O Comunismo no Brasil, 1935-1945*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.
- FEIJÓ, Martin Cezar. *O Revolucionário Cordial*. São Paulo: Editora Boitempo, 2001.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- FERREIRA, Pedro Roberto. *Imprensa Política e Ideologia*. São Paulo: Editora Moraes, 1989.
- KONDER, Leandro. *Astrojildo Pereira: o Homem, o Militante e o Crítico*. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1981.
- LENIN, Vladimir. *Que Fazer?* São Paulo: Editora Hucitec, 1979.
- LENIN, Vladimir. *O Que Fazer Com a Imprensa*. Madrid: Akal Editora, 1978.
- 

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O Problema da Imprensa*. 3ª edição. São Paulo: Editora Edusp, 1997.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa – Os Comunistas na Imaginação dos Jornais – 1922-1989*. Campinas: Revan/Unicamp, 1998.

MARX, Karl. *A Liberdade de Imprensa*. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 1980.

MORAES, Denis de. *O Imaginário Vigiado – A Imprensa Comunista e o Realismo Socialista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1994.

MORAES, João Martin (organizador). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

NEOTTI, Cláudio. *Comunicação e Ideologia*. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

PEREIRA, Astorjildo. *Construindo o PCB (1922-1924)*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.

PEREIRA, Astorjildo. *Ensaio Histórico e Político*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1979.

REBELO, Apolinário. *Jornal A Classe Operária – Aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2003.

RIAZANOV, David. *Marx e Engels e a História do Movimento Operário*. Barcelona: Editorial Grijalbo, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição à História do Partido Comunista Brasileiro (PCB)*. São Paulo: Editora Global, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1999.

SOUZA, Raimundo Alves de. *Os Desconhecidos da História da Imprensa Comunista*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2005.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: A Luta por um Partido de Massas – 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitex, 1982.

NOTAS

1 Breve História da Imprensa Sindical no Brasil. Cadernos da Comunicação, - Série Estudos, nº 14. Prefeitura do Rio de Janeiro

2 Ferreira, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*, 1888

3 Id. Ibid (Maria Nazareth)

4 Id. Ibid

5 Id. Ibid (Maria Nazareth)

6 Id. Ibid. (Maria Nazareth)

7 Noam Chomsky: nascido na Filadélfia em 1928, Chomsky é professor do MIT (Massachusetts Institute of Technology). Filósofo, ativista político e crítico da política externa americana, aos 30 anos já era internacionalmente famoso pelas suas pesquisas em linguística e suas teorias revolucionárias sobre estrutura da linguagem: a gramática generativa. Nos anos 60 foi um dos principais intelectuais que se opôs à guerra do Vietnã participando também das lutas pelos direitos civis que abalaram o establishment norte-americano. Entre suas obras estão *O império americano*; *Piratas & imperadores, antigos & modernos*; *Para entender o poder*; *11 de setembro*.

8 Theodor Adorno: filósofo e sociólogo alemão, Theodor Adorno nasceu em Frankfurt em 1903 e fez parte da Escola de Frankfurt, nome dado a um grupo de filósofos e cientistas sociais de tendência marxista no final dos anos 1920, responsável pela formulação de uma teoria crítica da sociedade através de conceitos como “indústria cultural”, e “cultura de massa”. Adorno foi um dos críticos mais ácidos dos modernos meios de comunicação de massa. Ao exilar-se nos Estados Unidos, entre 1938 e 1946, percebeu que a mídia não se voltava apenas para o lazer mas para produzir e reproduzir um clima conformista e dócil na multidão passiva. Escreveu obras como *Kierkegaard, a construção da estética*, *A personalidade autoritária*, *Sobre a metacrítica da teoria do conhecimento*, *Escritos sociológicos*.

9 Adorno, Theodor. In: *Os pensadores*. Editora Abril.

10 Na esteira da chamada revolução científica do século XVII e em meio a uma atmosfera de crescente insatisfação com o autoritarismo político, o iluminismo reuniu pensadores que acreditavam poder expandir os princípios do conhecimento crítico a todos os campos, bem como aplicar tal conhecimento para melhorar o estado e a sociedade. Os principais intelectuais iluministas achavam que podiam contribuir para o progresso da humanidade e para a emancipação desta da tirania, da superstição e do irracionalismo legados pela Idade Média. Os principais filósofos do Iluminismo foram: John Locke (1632-1704), segundo o qual o homem adquiria conhecimento com o passar do tempo através da experiência empírica; Voltaire (1694-1778), que defendia a liberdade de pensamento e não poupava críticas à intolerância religiosa; Jean-Jacques Rousseau (1712-1778, que defendia a idéia de um estado democrático capaz de garantir a igualdade dos indivíduos; Montesquieu (1689-1755), que propôs a divisão do poder político em Legislativo, Executivo e Judiciário; e Denis Diderot (1713-1784) e Jean le Rond d’Alembert (1717-1783), que juntos organizaram uma enciclopédia que reunia o conhecimento e o pensamento filosófico da época. Immanuel Kant, filósofo da época, definiu o Iluminismo como “a saída do ser humano do estado de não-emancipação em que ele próprio se colocou. Não-emancipação é a incapacidade de fazer uso de sua razão sem recorrer a outros. Tem-se culpa própria da não-emancipação quando ela não advém de falta da razão, mas da falta de decisão e de coragem de usar a razão sem as instruções de outrem. Sapere aude! (ouse saber!)”.

11 Riazanov, David. *Marx e Engels e a história do movimento operário*.

12 Karl Marx e Friedrich Engels: economista, filósofo e socialista alemão, Karl Marx nasceu em Trier em 5 de Maio de 1818 e morreu em Londres a 14 de Março de 1883. Estudou na Universidade de Berlim, principalmente a filosofia hegeliana, e formou-se em Iena,

em 1841, com a tese *Sobre as diferenças da filosofia da natureza de Demócrito e de Epicuro*. Em 1842 assumiu a chefia da redação da *Gazeta Renana* em Colônia, onde seus artigos radical-democratas irritaram as autoridades. Em 1843, mudou-se para Paris, editando em 1844 o primeiro volume dos *Anais Germânico-Franceses*, órgão principal dos hegelianos da esquerda. Rompeu logo com os líderes deste movimento, Bruno Bauer e Arnold Ruge. Em 1844, conheceu em Paris Friedrich Engels, começo de uma amizade íntima durante a vida toda. Foi, no ano seguinte, expulso da França, radicando-se em Bruxelas e participando de organizações clandestinas de operários e exilados. Ao mesmo tempo em que na França estourou a revolução, em 24 de fevereiro de 1848, Marx e Engels publicaram o folheto *O Manifesto Comunista*, primeiro esboço da teoria revolucionária que, mais tarde, seria chamada marxista. Voltou para Paris, mas assumiu logo a chefia da *Nova Gazeta Renana* em Colônia, primeiro jornal diário francamente socialista. Depois da derrota de todos os movimentos revolucionários na Europa e do fechamento do jornal, cujos redatores foram denunciados e processados, Marx foi para Paris e daí expulso, para Londres, onde fixou residência. Em Londres, dedicou-se a vastos estudos econômicos e históricos, sendo freqüentador assíduo da sala de leituras do British Museum. Escrevia artigos para jornais norte-americanos sobre política exterior, mas sua situação material foi sempre muito precária. Foi generosamente ajudado por Engels, que vivia em Manchester em boas condições financeiras. Em 1864, Marx foi co-fundador da Associação Internacional dos Operários, depois chamada I Internacional, desempenhando dominante papel de direção. Em 1867 publicou o primeiro volume da sua obra principal, *O Capital*.

13 Jean-Paul Marat (1743-1793): filho do italiano Giovanni Marra, estudou medicina em Paris e Bordeaux, e tornou-se importante personagem da Revolução Francesa. Nomeado médico da guarda pessoal do conde d'Artois, irmão mais novo do rei Luís XVI, em 1783

abandonou a profissão para dedicar-se à carreira de cientista, chegando a publicar artigos sobre experiências com fogo, luz e eletricidade. Em 1780 lançou seu *Plan de Législation Criminelle* (Plano de Legislação Criminal), considerado subversivo pelo governo. Um ano depois teve seu ingresso recusado na Academia de Ciências. Esses dois fatos fizeram com que ele se desencantasse com a aristocracia então no poder. Em 1789, ano da eclosão da Revolução Francesa, fundou o jornal *L'Ami du Peuple* (O Amigo do Povo), em que se revelou defensor das causas populares. Considerado fora-da-lei, refugiou-se na Inglaterra entre 1790 e 1791, retornando então a Paris. Quando os *sans-culotte* (massas populares), orientados pelos jacobinos, proclamaram a república e instituíram a Comuna de Paris como órgão executivo do governo, Marat foi eleito um dos dirigentes. No ano seguinte, Charlotte Corday, militante do partido moderado dos girondinos, fazendo-se passar por uma informante, entrou em sua casa com uma faca trazida às escondidas para o encontro, assassinando-o na banheira a punhaladas.

14 Bertold Brecht: Eugen Berthold Friedrich Brecht é um dos autores alemães mais importantes do século XX. De formação marxista, Bertolt Brecht (seu nome artístico) dava grande importância à dimensão pedagógica das suas peças de teatro. Contrário à passividade do espectador, sua intenção era formar e estimular o pensamento crítico do público. Para isso, servia-se de efeitos de distanciamento, como máscaras, entreatos musicais ou painéis nos quais se comentava a ação. Brecht expôs em escritos de caráter teórico e encenações modelares essa nova forma de entender o teatro. Em 1922 recebeu o prêmio Kleist por *Tambores da Noite*. No princípio dedicou-se à assessoria artística, trabalhando, por exemplo, para o Teatro Alemão de Berlim, de Max Reinhard, entre 1924 e 1926. Brecht consolidou-se como escritor independente logo após os musicais *Ópera dos Três Vinténs* (1928) – que bem mais tarde inspiraria a *Ópera do Malandro*, de Chico Buarque de Holanda – e

Ascensão e Queda da Cidade de Mahagonny (1930), escritos em colaboração com o compositor Kurt Weil. A crítica social contida nessas obras e seu humor cínico causaram escândalo na República de Weimar alemã. Com o nazismo no poder, Brecht foi para a Califórnia, onde permaneceu até o final da guerra e onde escreveu muitas das suas famosas obras teatrais, entre elas, *Galileu Galilei* (1938), que discute a responsabilidade da ciência.

15 Riazanov, David.

16 Antonio Gramsci: Um dos fundadores do Partido Comunista Italiano. Estudou literatura na Universidade de Turim, cidade onde freqüentou círculos socialistas. Filiou-se ao Partido Socialista Italiano, tornando-se jornalista e escrevendo para o jornal do Partido (*L'Avanti*). Foi editor de vários jornais socialistas italianos e fundou em 1919, junto com Palmiro Togliatti, o *L'Ordine Nuovo*. O grupo que se reuniu em torno de *L'Ordine Nuovo* aliou-se com Amadeo Bordiga e à ampla facção Comunista Abstencionista dentro do Partido Socialista. Isto levou à organização do Partido Comunista Italiano (PCI) em 21 de janeiro de 1921. Gramsci tornou-se um dos líderes do partido desde sua fundação, porém subordinado a Bordiga até que este perdeu a liderança em 1924. As teses de Gramsci foram adotadas pelo PCI no congresso que o partido realizou em 1926. Em 1924, Gramsci foi eleito deputado pelo Veneto. Ele começou a organizar o lançamento do jornal oficial do partido, denominado *L'Unità*. Em 8 de novembro de 1926, a polícia fascista prendeu Gramsci. Apesar de sua imunidade parlamentar, permaneceu preso até próximo da sua morte, quando foi solto em liberdade condicional dado ao seu precário estado de saúde.

17 O PCB teve alguns meses de legalidade quando foi fundado em março de 1922, mais dois anos, de 1945 a 1946, após a vitória dos aliados na II Guerra Mundial e, finalmente, só depois que José Sarney tomou posse como presidente com a morte de Tancredo Neves, em 1986. Foram 64 anos de ilegalidade sem deixar de atuar na vida

política do país. Em dezembro de 1991, no congresso realizado em São Paulo, a maioria optou por extinguí-lo e fundou o PPS (Partido Popular Socialista).

18 A Primavera de Praga aconteceu em 1968 na Tchecoslováquia. Foi o movimento liderado por intelectuais reformistas do Partido Comunista Tcheco interessados em promover grandes mudanças na estrutura política, econômica e social do país. A experiência de um “socialismo com face humana” foi comandada pelo líder do Partido Comunista local, Alexander Dubcek. A proposta surpreendeu a sociedade tcheca, que em 5 de abril de 1968 soube das propostas reformistas dos intelectuais comunistas. O objetivo de Dubcek era “desestalinizar” o país, removendo os vestígios de despotismo e autoritarismo que considerava aberrações no sistema socialista.

19 Em agosto de 1950, a direção do PCB aprovou o chamado Manifesto de Agosto, consolidando uma virada à esquerda. Foi uma espécie de autocrítica à ilegalidade em que o partido foi colocado pela Supremo Tribunal Federal – e não pelo presidente Dutra, como muitos acreditam – em maio de 1947. O Manifesto de Agosto propôs a constituição de uma Frente Democrática de Libertação Nacional.

20 Crise de agosto: pressionado pelos militares, insatisfeitos com sua política trabalhista e pela campanha da imprensa contra a corrupção em seu governo, o presidente Getúlio Vargas se viu acuado diante da comprovação do envolvimento de sua guarda pessoal no atentado praticado contra o jornalista Carlos Lacerda, na Rua Toneleros, dia 5 de agosto, em que morreu o Major Rubens Vaz. No dia 24 de agosto o presidente suicidou-se com um tiro no coração no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.

21 A posse de Juscelino e do vice eleito João Goulart só foi garantida com um levante militar liderado pelo ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, que em 11 de novembro de 1955 depôs o então presidente interino da República Carlos Luz, que teria tentado impedir a posse do presidente eleito.

22 No dia 15 de dezembro de 1976, na reunião clandestina do Comitê Central do PCB, numa casa da rua Pio XI, no bairro da Lapa, em São Paulo, os militares prenderam Aldo Arantes, Haroldo Lima, Wladimir Pomar e João Batista Drummond. Todos foram presos e torturados e Drummond acabou morrendo. No dia seguinte, com ordens de exterminar quem fosse encontrado na casa, os agentes assassinaram Pedro Pomar e Ângelo Arroyo e mudaram o cenário para insinuar que houvera confronto entre os comunistas e a polícia.

23 Às vésperas do golpe militar nos últimos dias de março, 25, 26 e 27, marinheiros e fuzileiros navais protestaram contra a proibição da comemoração do segundo aniversário da associação da classe por parte do ministro da Marinha, Sílvio Borges de Souza Motta. Aproximadamente 3 mil marujos e fuzileiros navais, encabeçados pelo Cabo Anselmo ocuparam a sede do Sindicato dos Metalúrgicos. O ministro da Marinha pediu sua demissão do cargo, que foi aceita pelo presidente da República. A quebra de disciplina e da hierarquia militar provocou reação nos oficiais superiores, que em manifesto tornaram pública a insatisfação com a solução dada ao episódio.

24 Carlos Marighela renunciou à comissão executiva do PCB em 1966. Após ser expulso do partido no ano seguinte, fundou a Aliança Nacional Libertadora (ANL) junto com outros guerrilheiros. Concebida como “embrião do exército revolucionário e força armada do povo”, a ANL era definida por Marighela como a única possibilidade de derrubar o regime militar. Considerado ameaça ao governo, sua cabeça foi colocada a prêmio no governo do Marechal Costa e Silva, durante um dos períodos mais violentos da ditadura. Na noite de 4 de novembro de 1969, em uma emboscada na Alameda Casa Branca, em São Paulo, Carlos Marighela foi baleado por agentes DOPS comandados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury.



Este livro foi composto em Garamond, corpo 12/16, abertura de capítulos em Times New Roman Bold, corpo 20 e 18, legendas e notas em Arial, corpo 8/9. Miolo impresso em papel *offset* 90gr/m² e capa em cartão supremo 250gr/m², na Imprensa da Cidade, em abril de 2008.

